

A IMPORTÂNCIA DA FLORESTA DA TIJUCA
NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Eduardo Coelho de Lima

MONOGRAFIA SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA COORDENAÇÃO DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A
CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL DE BACIAS
HIDROGRÁFICAS (CGABH)

Aprovada por:

Prof. Alessandra Magrini, D.Sc.

Luiza Rosângela da Silva, M.Sc.

Prof. Marco Aurélio dos Santos, D.Sc.

Prof. Marcos Aurélio Vasconcelos Freitas, Ph.D.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL
AGOSTO DE 2007

\Agradecimentos

A todos os companheiros e companheiras de turma pela troca de experiências.
A todos meus professores e professoras pelas informações preciosas.
A minha orientadora Luiza Rosângela da Silva pela paciência.
Em especial, aos grandes mestres pelo apoio e incentivo:

Prof Carlos Lessa
Jornalista e Escritor Fernando Gabeira

Dedico este trabalho a memória de Francisco Alves Mendes Filho,
o “Chico Mendes” pelo seu exemplo de vida e de luta.

Índice

1 - Introdução

2 – Componentes históricas explicativas do reflorestamento da Tijuca

3 – O PNT e desenvolvimento urbano atual: a sustentabilidade como paradigma

4 – Experiências rumo à Gestão Participativa

5 – Conclusões Finais e Propostas

6 – Bibliografia

1 – Introdução

Este trabalho sobre a importância da Floresta da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro é fruto de uma intensa relação de amor do autor com a mesma. É consequência de uma militância de pouco mais de duas décadas no movimento ambiental e no ativismo da ecologia política. A ideia de participar de algo novo, como a Ecologia Política e que estivesse no cerne de um processo de construção histórica, nos davam um norte em relação ao futuro. Em 1986, a perspectiva de colaborar com a criação de um Partido Verde nos fascinava. No mesmo ano, a belíssima e inovadora campanha de Fernando Gabeira ao governo do estado do Rio de Janeiro, misturando a luta pela preservação ambiental, junto com críticas comportamentais e a luta pelas liberdades individuais, mostrava-nos que “sonhar vale a pena”.

O auge das queimadas na Floresta Amazônica e a luta do líder seringueiro Chico Mendes nos sensibilizava cada vez mais para contribuirmos contra a destruição da natureza, em face de um sistema econômico predador e excludente. Logo, incorporaríamos o pensamento universal do movimento ambientalista: “Pensar globalmente e agir localmente”. Partindo desta premissa, já tínhamos uma em nossa casa para cuidar: a Floresta da Tijuca.

Numa região limítrofe a Floresta da Tijuca, entre os anos de 1999 e 2002, o autor teve como experiência a gestão da Reserva Florestal do Grajaú (atualmente Parque Estadual). Neste período, nos deparamos com o movimento Agenda Social Rio, idealizado pelo sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”. Este movimento social visava fundamentalmente pensar e buscar soluções, para as questões social e ambiental, no Rio de Janeiro.

O movimento Agenda Social Rio teria seu foco de atuação na área da Grande Tijuca, que engloba os bairros: Tijuca, Grajaú, Vila Isabel, Andaraí Maracanã, Praça da Bandeira e Alto da Boa Vista. E uma das questões centrais do movimento, era a importância pela “preservação da Floresta da Tijuca”, em face da grande quantidade de comunidades no entorno do maciço da Tijuca e o constante aumento do processo de favelização.

Um dos instrumentos de luta criados pela Agenda Social Rio, foi à criação em dezembro de 2001 da Rádio Grande Tijuca. Uma rádio comunitária com a função de facilitar a comunicação e o poder de interlocução entre as comunidades e o poder público. A integração entre as comunidades do morro e asfalto é uma das finalidades do movimento, na tentativa de unirmos cada vez mais a cidade partida.

Trabalhamos mais intensamente, através da Rádio Grande Tijuca, a questão ambiental junto as nossas comunidades dos morros e asfalto. Dentro de uma perspectiva

militante, por intermédio de nossa rádio passamos a ingressar na Associação de Moradores da Usina e Muda (bairros próximos do PNT), entre 2003 e 2004, que se organizava diante de uma luta ambiental.

Consolidamos uma prática de militância ambiental em nossa comunidade, junto a Rádio Grande Tijuca. Conquistando um patrimônio incalculável: legitimidade. Pleiteamos uma vaga para a Rádio Grande Tijuca para ingressar no Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, para o qual fomos aceitos.

Respirando os “ares tijucanos” durante toda a vida, inevitavelmente brotaria uma paixão por aquela que durante muito tempo ficou conhecida como “a maior floresta urbana do mundo”. Afirmar a Floresta da Tijuca como tal não será nossa prioridade, mas, a sua singularidade histórica, cultural e a sua importância, vital ao longo do tempo, na questão do abastecimento dos recursos hídricos na cidade do Rio de Janeiro. Indubitavelmente, no passado como hoje, ela é uma das mais charmosas e conhecidas, tanto em nível nacional e internacional. E esta significância, dentre outras, estará nos interessando.

Levantar questões que possam ser do interesse dos cidadãos e cidadãs comuns, que geralmente não possuem conhecimentos aprofundados sobre a Floresta da Tijuca, será um dos objetivos deste trabalho. Pretende-se também contribuir para uma maior circulação e democratização das informações.

Estabelecer um paralelo entre o processo de exploração econômica predatória, instaurado no Brasil, e a destruição da floresta nativa da Mata Atlântica, será de extrema relevância para uma melhor compreensão do processo de ocupação geográfica em nosso território. A partir da demonstração do equívoco da implantação da monocultura cafeeira no Maciço da Tijuca. O ponto central neste trabalho, será abordar a importância da Floresta da Tijuca desde que, houve a necessidade de ser reflorestada durante o século XIX, em face do problema do abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro, esta sendo a capital do império.

A abordagem histórica será a nossa principal ferramenta e linha condutora. Portanto, enunciar personalidades históricas e culturais, suas relações e ações junto à Floresta da Tijuca, será comum nesta narrativa. Destaque especial será dado a José de Alencar. O escritor, que é considerado por muitos, “o maior autor romântico de Brasil”, teve uma relação muito intensa com a Tijuca e sua floresta.

Atualmente, vivemos um momento em que o mundo inteiro discute sobre a questão do aquecimento global. Também sob esta ótica podemos entender a importância da Floresta da Tijuca para a manutenção de um equilíbrio climático na cidade do Rio de Janeiro. Outra questão a se destacar é a transformação da Floresta da Tijuca em Parque Nacional da Tijuca (PNT) e como se integra no atual contexto urbano. Em uma sociedade que busca

cada vez mais tornar-se democrática é propício o enfoque da necessidade da construção de uma Gestão Participativa no Parque Nacional da Tijuca. Desfrutar de um “santuário ecológico” dentro de uma megalópole, sinceramente, só seria possível em uma “cidade maravilhosa”.

2 – Componentes históricas explicativas do reflorestamento da Tijuca

Com a fundação da cidade do Rio de Janeiro em 1565 e a conseqüente expulsão dos franceses, os portugueses conseguem firmar sua posse sobre o território. Após fundar a cidade, a primeira providência de Estácio de Sá, foi à abertura de um poço de água para satisfazer as necessidades dos novos habitantes. A sesmaria do Iguaçu, doada aos jesuítas por Estácio de Sá, capitão-mor da cidade, era uma grande extensão de terra. Nesta região foram criadas pelos jesuítas, as fazendas do Engenho Velho, Engenho Novo e São Cristóvão. Este período seria o de dominação do território.

O século XVII seria a época do Rio de Janeiro agrícola, dos engenhos de açúcar que dividiriam as terras das primeiras glebas. Era o período em que a cidade, rompeu os limites do morro do Castelo. As plantações de cana-de-açúcar seriam as primeiras fontes de exploração das florestas e a derrubada de árvores serviria de combustível aos engenhos.

O século XVIII é o século do ouro. Com a descoberta de opulentas minas, o Rio de Janeiro tornava-se o seu empório. Através do Rio de Janeiro, saíria o ouro em direção a Portugal. Em 1763, o Rio de Janeiro tornou-se capital da colônia e com isso transformava-se no seu centro político administrativo. Em 1763, quando se tornou capital nacional, a cidade tinha cerca de 40 mil habitantes (DRUMOND, 1997). Já nesta época o Rio de Janeiro era uma cidade com potencial de enchentes pela própria situação de grande baixada que está próxima do nível do mar.

O abastecimento de água, por sua vez, fazia-se através das fontes ou chafarizes. O principal manancial era o Rio Carioca, cujas águas transportadas pelo aqueduto que passava sobre os Arcos da Lapa, entre os morros de Santa Teresa e Santo Antonio, abasteciam várias fontes, sendo quatro na parte mais antiga da cidade: as fontes da Carioca, das Marrecas, do Moura e do Largo do Paço (BENCHIMOL, 1990).

O século XVIII, também trouxe a cultura do café, que se transformaria posteriormente na grande riqueza da economia brasileira. Em 1760, o café foi introduzido no Rio de Janeiro e logo despontou como uma atividade econômica promissora. O café, ou *Coffea arabica*, era uma árvore pequena, uma rubicácea, nativa do sudoeste da Etiópia.

Como o século XVIII havia sido o século do ouro para o Brasil, o século XIX seria o século do café. O café espalhou-se pelos sítios existentes na cidade. Mas foi na Tijuca que o café mais prosperou, chegando até a floresta e deixando suas marcas. Tijuca é um nome de origem tupi: *ty-iuc*, que significa lama, brejo, atoleiro. Este nome que também significa pântano dá nome à montanha e toda a região que surgiu abaixo desta. O nome apareceu da lagoa do outro lado da serra, que os índios chamavam de Tijuca.

No início do século XIX o lugar onde mais se plantava café, no Brasil, era na Tijuca. E a partir daí ele se projetou na história brasileira. A Floresta até então era pouco visitada

pelos índios que temiam as suas altitudes por acreditarem que era povoada de espíritos. Para a Mata Atlântica, a introdução do café significou uma ameaça mais forte que qualquer outra anterior.

O produto das grandes fazendas passou a ser o café. O café salvou tanto a aristocracia colonial quanto a corte imperial. O estado brasileiro foi salvo pelas receitas do café que convergiam para a alfândega do Rio de Janeiro. O império afagou os fazendeiros do Rio de Janeiro. E eles funcionavam como seu apoio financeiro.

O café encontrou na província do Rio de Janeiro um ambiente bem apropriado para o seu plantio. O café precisava de solos que não fossem nem secos e encharcados. Nesta época existia a crença de que o café deveria ser plantado em “mata virgem”. Com isso, a Mata Atlântica que se consolidou em milhares de anos, começaria a ficar seriamente ameaçada.

O café é uma planta que leva quatro anos para crescer e permanece produtivo por cerca de trinta anos. Todas as velhas plantações do Rio de Janeiro eram abandonadas e isso fazia com que novas áreas de floresta nativa fossem devastadas para que fosse mantida a produção da corte. O café foi avançando cada vez mais, deixando apenas montanhas desnudas (DEAN, 1994).

Os grandes produtores de café não desejavam a qualidade e desconheciam a produtividade. Queriam apenas a economia de trabalho e capital. Destruía-se a floresta inteira no preparo do plantio. Algumas árvores abatidas eram utilizadas para fazer carvão para abastecer a cidade e outras, como material de construção.

Não se incomodavam em utilizar técnicas conhecidas e tinham hábitos contraproducentes. Nem sequer se davam ao trabalho de escolher plantas que lhe dessem mais qualidade nos grãos. Com estas práticas obtinham um baixo rendimento por hectare plantado. Não se preocupavam com a conservação dos recursos naturais do solo, fazendo com que os pés de café entrassem em decadência com cerca de vinte anos de crescidos. Se o plantio do café tivesse sido feito com mais cuidado, possivelmente boa parte da Mata Atlântica teria sido preservada (DEAN, 1994).

Em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa e o crescimento do Rio de Janeiro com sua vitalidade econômica, mais 50 mil pessoas somavam-se na metade da década de 1850. Quando chegou ao Rio de Janeiro, em março de 1808, a Família Real Portuguesa já encontrou o café ocupando uma boa parte do Maciço da Tijuca. Em 1814, alguns quilombolas são capturados em quilombos da Tijuca. Ninguém sabe ao certo quando se formaram os primeiros quilombos da Tijuca, mas já existiam quando a corte portuguesa chegou em 1808. A Floresta da Tijuca e do Andaraí, era conhecida por abrigar grupos de quilombolas desde o final do século XVIII.

A chegada da família real com toda a sua corte (em torno de 15 mil pessoas) ao Rio de Janeiro causaria fortes impactos numa cidade que era pequena até então. Com a chegada da Corte, o Rio de Janeiro abandonaria certos aspectos coloniais e alguns hábitos rudes. Um dos graves problemas era o de como fornecer água a tanta gente se o único manancial hídrico existente se mostrava insuficiente. A intensificação da crise do abastecimento d'água permeou, todo o período joanino, e se estabeleceu também em todo o período imperial (ABREU, 1992). Já em 1817, D.João VI, baixou decreto em que determinava o fim do corte de árvores junto a mananciais e nas beiras dos riachos nas proximidades da capital (DRUMOND, 1997).

Nesse período, vale destacar a Missão Artística Francesa que chegou ao Rio de Janeiro em 1816. Taunay, Debret, Grandjean de Montigny tinham como missão trazer o neoclássico para a Corte instalada nos trópicos (HEYNEMANN, 1993). A passagem desse grupo pela cidade reuniria novos proprietários e artistas na Floresta da Tijuca. Só após haver o pintor Nicolas Antoine Taunay adquirido um sítio fronteiro à Cascatinha da Tijuca e lá fixar residência com sua família, começou a ser citado o recanto como local de grande beleza natural e clima favorável. (MAYA, 1967).

Após 1822, a região da Tijuca receberia um nome extra-oficial dando o significado de sua grandeza proporcionado pela riqueza do café: "Tijuca Imperial". A Tijuca recebia poderosos habitantes que eram atraídos pela prosperidade cafeeira.

A força da economia cafeeira seria de tal forma que, ela seria representada na Bandeira Real do Brasil de 1822. Na Bandeira Real do Brasil, duas plantas, o café e o tabaco, simbolizariam as duas riquezas do reino. O projeto da bandeira foi de José Bonifácio de Andrada e Silva juntamente com o pintor e desenhista francês Jean Baptiste Debret. Esta bandeira foi usada por pouquíssimo tempo, de setembro a dezembro de 1822, quando entrou em vigor em 1º de dezembro de 1822 a Bandeira do Império do Brasil, junto com a coroação de D. Pedro I. Nossa primeira bandeira nacional sofreu modificação, mas a representação do ramo de café permaneceu inalterada.

Em 1828, mais quilombolas foram capturados em morros da Tijuca. A Tijuca, por ser uma área montanhosa coberta de mata, com muitas cavernas e riachos, abrigou os maiores e mais importantes quilombos do Rio de Janeiro.

Na década de 1830 os cafezais alcançam predominância ainda maior no Maciço da Tijuca (ABREU, 1992). O plantio do café foi associado a uma redução da disponibilidade de água, mudando inclusive o regime de chuvas generalizado pelo Rio de Janeiro. A cidade foi atingida por secas severas nos anos de 1824, 1829, 1833 e 1843, entremeadas com algumas estiagens menos graves.

Com ocorrência da seca de 1824, revelava-se que o reforço conseguido com o abastecimento de água proveniente do encanamento do rio Maracanã, ainda estaria longe de solucionar os problemas de recursos hídricos da cidade do Rio de Janeiro. Com a seca de 1829, a Intendência de Polícia inicia uma busca de novos mananciais hídricos. E com a seca de 1833, seriam encontradas mais seis nascentes, na região das Paineiras, que teriam suas águas conduzidas ao encanamento da Carioca. A destruição da vegetação em torno dos mananciais da Serra da Carioca se combinava com chuvas menos abundantes e produzia grandes déficits no suprimento de água potável (DRUMOND, 1997).

Chegado o ano de 1843, a história da expansão do café pelo maciço da Tijuca iria começar a se modificar. Por um lado é nesse ano que os cafezais aí existentes sofreram os efeitos de uma violenta praga, que diminuiu drasticamente a sua produtividade. Esta por sua vez, já vinha decrescendo bastante, afetada que era pela exaustão progressiva do solo e pela total ausência de cuidados com a terra. Com efeito, plantados sem qualquer preocupação com a manutenção da fertilidade do solo, os cafezais logo aceleraram o processo de esgotamento da terra. As plantações de café passaram a contribuir decisivamente para a aceleração dos processos erosivos, pois facilitavam o carreamento das camadas superficiais do solo pela ação da água das chuvas (ABREU, 1992).

O fenômeno das enxurradas se tornou rotineiro: a falta de cobertura vegetal fazia com que todas as águas das grossas chuvas de verão escorressem em grande volume e velocidade diretamente para as calhas dos riachos, provocando inundações repentinas nas partes baixas da cidade (DRUMOND, 1997). Foi também nesse ano de 1843 que o problema periódico da falta d'água atingiu proporções críticas na cidade, fazendo com que o governo passasse a tomar medidas de preservação dos mananciais. Isto iria também afetar a área em questão, já que era aí que estavam todas as fontes supridoras de água da cidade (ABREU, 1992).

Em 1844, o Ministério do Império, que administrava a cidade do Rio de Janeiro, finalmente deu início ao adiado processo de avaliar terras particulares das montanhas próximas. Entre 1845 e 1848 o governo imperial iniciara um programa emergencial de replantio de árvores em terras particulares na Tijuca (DRUMOND, 1997).

Com a entrada em funcionamento do “novo encanamento” do rio Maracanã, a partir de 1850, o abastecimento d'água da cidade foi consideravelmente ampliado. Melhor abastecida de água a partir de 1850, a cidade do Rio de Janeiro viu, entretanto essa vantagem ser anulada, a partir do mesmo ano, pela ocorrência de epidemias anuais de febre amarela e de outras doenças contagiosas, que passaram a ceifar grande quantidade de vidas, especialmente nas áreas centrais da cidade, onde as condições de higiene mais deixavam a desejar (ABREU, 1992). As estimativas indicam que mais de um terço dos 266 mil habitantes do Rio contraíram febre amarela no verão de 1849-1850 (CHALHOUN, 2006).

Abandonar a “cidade empesteada” seria um objetivo comum entre aqueles que podiam desfrutar do privilégio de se ausentarem das áreas centrais do Rio de Janeiro. Estas epidemias de febre amarela e cólera teriam feitos marcantes sobre a cidade. E a região da Tijuca seria considerada um bom refúgio para isto.

Em 1853, Luis Pedreira do Couto Ferraz, o Visconde de Bom Retiro, morador da Tijuca, terá significativa presença na defesa da região. Em sua gestão, dentro do Ministério de D. Pedro II que serão realizadas as avaliações em terras particulares a serem adquiridas. As desapropriações só vieram em 1855. O governo imperial adquiriu um pequeno número de propriedades estrategicamente localizadas junto aos mananciais e altos cursos dos rios Carioca, Maracanã e Comprido. A questão do abastecimento de água foi nesse meio tempo transferida, em 1859, para o recém-criado Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (DRUMOND, 1997). Entre os anos de 1855 e 1856 uma devastadora epidemia de cólera atingiria o Rio de Janeiro.

Nesse período, o problema da destruição florestal no Rio de Janeiro já vinha sendo abordado por vários membros de alguns círculos intelectuais. Mas sem a existência do efetivo problema do abastecimento hídrico, é bem provável que Couto Ferraz não tivesse argumentos políticos para iniciar seus trabalhos. O plantio de árvores foi considerado uma necessidade, uma urgência para a cidade do Rio de Janeiro.

Em todo o século XIX, o Brasil recém independente buscava sua identidade. O escritor romântico José Martiniano de Alencar, seria um dos personagens centrais na busca desta identidade nacional. José de Alencar expressaria a preocupação com a edificação de uma literatura brasileira, com a “cor local” e uma identidade nacional. Para José de Alencar, a “literatura militante” deveria apreender a “alma brasileira” num processo cultural de oposição ao “espírito de colonização brasileira”, que os portugueses tentavam impor aos escritores e leitores no Brasil, sendo “missão” dos escritores, na “formação de uma nacionalidade”.

José de Alencar era acusado de pouco vernáculo pelos defensores do purismo lusitano, pois seus textos estariam contaminados de brasileirismos, termos pejorativos que indicavam as particularidades lexicais e gramaticais da língua portuguesa falada pelo povo brasileiro. Preconizava o uso de um português, modificado pela natureza e cultura aqui existentes. José de Alencar não admitia que a literatura nacional, que é “a alma da pátria”, reproduzisse os cânones lingüísticos portugueses e deveria incorporar a variante lingüística que se falava no Brasil independente.

José de Alencar relaciona-se ao aproveitamento da cultura indígena como tema literário. Segundo alguns estudiosos, é este o primeiro debate literário realmente brasileiro. Seus personagens são heróis regionais puros, sensíveis, honestos, educados. Na invenção

de seus personagens busca o mesmo objetivo: chegar a um retrato do homem totalmente brasileiro. Em 1857, José de Alencar publica sua grande obra-prima: “O Guarani”.

Existia em “Cazuza”, apelido de infância de José de Alencar, um capítulo particular que merece atenção: o seu amor pela Tijuca. Em 1864, José de Alencar retira-se para a Tijuca para se recuperar de uma das crises de tuberculose que teve na época. Iria visitar o Doutor Thomas Cochrane. Médico afamado, um dos introdutores da homeopatia no Brasil, Thomas Cochrane possuía uma propriedade na Tijuca. Ainda no ano de 1864, José de Alencar casou-se com Georgina, filha do Doutor Thomas Cochrane.

Em 1868, a fama de José de Alencar, cobria o país inteiro, havia pelo menos uns quinze anos. Neste mesmo ano de 1868, José de Alencar receberia nas terras da Tijuca um jovem poeta vindo da Bahia, Castro Alves, que até então era pouco conhecido. José de Alencar colabora na inserção social de Castro Alves na Corte. Castro Alves era leitor e grande admirador de sua obra literária.

Em 1872, José de Alencar lança “Sonhos d’Ouro”, um romance que tem como cenário principal a Floresta da Tijuca. O livro se abre anunciando as belezas da Tijuca, com a frase: “O sol ardente de fevereiro dourava as lindas serranias da Tijuca”. O romance “Sonhos d’Ouro” gira ao redor dos personagens principais de Guida e Ricardo. Ela é uma moça bonita, rica e educada à inglesa. Ele um jovem bacharel, pobre e de caráter nobre, vindo de São Paulo para trabalhar na Corte. A história começa com um passeio pela Tijuca, no tropical verão carioca, quando os dois personagens se encontram.

A experiência “tjucana” de José de Alencar também exerceu um papel fundamental na sua produção narrativa e literária. De forma especial, ampliou o alcance de seu pensamento. Os passeios pela mata e os contatos com a natureza aumentaram a sua sensibilidade.

Muitos biógrafos não hesitam em afirmar que, “Sonhos d’Ouro” é uma transposição da história de José da Alencar para o romance, e que indubitavelmente no livro, o “romancista fez um auto-retrato”. O olhar “alencariano”, ao procurar definir uma identidade e um lugar, tanto para a cidade do Rio de Janeiro quanto para o Brasil, elevou a paisagem da Tijuca ao mesmo patamar daquelas de países europeus, bem como as ações de seu povo, como sujeitos, na construção de símbolos culturais que marcassem o imaginário brasileiro.

Para José da Alencar, o trabalho de reflorestamento representaria uma “viva imagem da loucura humana”, que devastava para depois “refazer à custa de anos”, trabalho e dispêndio de grande cabedal, o que destruiu em alguns dias pela cobiça do “lucro insignificante”. Condenava a destruição da natureza pelo desejo do lucro, batia contra o “homem civilizado”.

Apesar do grande reforço na questão do abastecimento hídrico ocasionado pelos novos encanamentos do Maracanã, Andaraí Grande, e Cabeça, a falta d'água era comum na cidade. Em 1860, o Governo Imperial propõe um “Plano Geral de Abastecimento d'Água”, devido ao sensível decréscimo dos mananciais hídricos que abastecem o Rio de Janeiro. E o governo nomeou uma comissão para sua elaboração. Então teve início uma grande polêmica.

Alguns acreditavam que os mananciais hídricos próximos à cidade não apresentavam mais condições de suprirem suficientemente o seu abastecimento. Estes defendiam que, imediatamente se fizesse a adução e canalização dos rios que desciam da Serra do Tinguá. Contrariando essa avaliação, outros engenheiros defendiam a idéia que, os rios que desciam do maciço da Tijuca ainda podiam ser capazes de suprir as necessidades de abastecimento hídrico da cidade do Rio de Janeiro. Portanto, para que isso ocorresse bastaria que seus mananciais fossem preservados.

A solução final da comissão acabou fortalecendo a idéia daqueles que defendiam a manutenção do abastecimento hídrico através do maciço da Tijuca. A comissão acabou entendendo que a preservação dos mananciais hídricos do maciço da Tijuca era uma condição fundamental para a solução de muitos outros problemas do Rio de Janeiro, dentre os quais o das inundações.

Em 1861, o Imperador D. Pedro II nomeia o major Manuel Gomes Archer como “Administrador da Floresta da Tijuca” dando início ao processo de restauração florestal. Archer usava, mudas de plantas ao contrário de sementes ou árvores já crescidas. Ainda no ano de 1861, foram captadas as águas do rio Taylor no Alto da Boa Vista. Em 1863, a Inspetoria de Obras Públicas orientava sobre a necessária urgência de utilização das águas do rio Trapicheiro através do encanamento do rio Maracanã.

Em 1867, o Governo Imperial adquiriu mais propriedades de terras, ampliando a área potencial do projeto de reflorestamento. Em 1868, uma nova seca atingiu o Rio de Janeiro e tornou-se urgente à captação de alguns mananciais que ainda não haviam sido utilizados no alto da Tijuca (rio Cachoeira), no Andaraí Grande (Joana) e no Jardim Botânico (rio Macacos e afluentes) que passaram a fazer parte do sistema de abastecimento hídrico da cidade.

Em 1870, uma nova comissão foi criada pelo Governo Imperial. Esta comissão era chefiada pelo engenheiro André Rebouças. A sugestão da comissão novamente levantava como alternativa para o problema do abastecimento hídrico à captação de águas na Serra do Tinguá. Devido a algumas novas estiagens, cinco anos mais tarde, o Governo Imperial decidiu finalmente adotá-la. As obras de captação e distribuição das águas dos rios Ouro e Santo Antonio, na Serra da Tinguá, iniciaram-se em 12 de setembro de 1876, e foram

inauguradas, em caráter provisório com a presença do Imperador D. Pedro II, em maio de 1880. Ainda na década de 1870, seriam canalizadas as águas dos afluentes do rio da Gávea (próximo da pedra Bonita), dos pequenos mananciais hídricos que desciam da Serra do Andaraí Pequeno (desde as águas Férreas até o Trapicheiro) e do Covanca.

O Rio de Janeiro bem que precisava dessa nova fonte, pois desde 1872 a sua população quase duplicara, passando de 275 mil para 522 mil habitantes em 1890. (DRUMMOND, 1997). Outra consequência desta nova opção de captação de água foi, a Floresta da Tijuca ter sofrido um certo desinteresse por parte das autoridades públicas. Mais distantes do Rio de Janeiro, os mananciais hídricos do Tinguá, também eram mais abundantes que os rios Carioca, Maracanã e Comprido, conseqüentemente os três rios passaram a ter diminuída, cada vez mais, a sua importância para o abastecimento hídrico da cidade do Rio de Janeiro.

Em 1873, Archer assina o relatório do “Serviço Florestal da Tijuca”. Em seu relatório final ele estabelece o número de 61.852 mudas plantadas em sua gestão. Mas existem suposições de que ele tenha plantado 20% a mais, e que o número de 72 mil mudas plantadas seja uma estimativa razoável. Neste texto, Archer demonstra a importância e urgência de uma legislação e da criação de institutos florestais para o aprendizado científico.

Archer evidentemente concebeu o replantio da Floresta da Tijuca com a finalidade de dar proteção permanente aos mananciais do Rio de Janeiro, e não como uma cultura temporária de árvores a serem mais tarde cortadas (conforme a concepção da “engenharia florestal” alemã, da qual o próprio Archer parece ter sido um estudioso). (DRUMMOND, 1997). Em 1874 Archer pede demissão do cargo, devido à faltas de mais trabalhadores.

Em 1877, Gastão de Escagnolle assumiu o posto de “Administrador da Floresta da Tijuca”. Escagnolle continuou a tarefa de replantio das árvores, inclusive de plantas exóticas (originárias de outros continentes), embora em escala, e ritmo inferiores ao de Archer. Escagnolle dedica sua gestão à tarefa de tornar a Floresta da Tijuca acessível a seus visitantes. Queria transformar a Floresta num lugar de lazer e recreação. Contou com a ajuda do naturalista e paisagista francês Auguste Glaziou. Abriu estradas, parques, belvederes, chafarizes, trilhas, pontes e lagos artificiais na Floresta da Tijuca. A recuperação dos mananciais hídricos continuava sendo uma tarefa importante. No período da gestão de Escagnolle, entre 1877 e 1887, foram plantadas 21.500 novas mudas de plantas. Estima-se que a Floresta da Tijuca foi restabelecida entre 1862 e 1887, com cerca de, 95 mil mudas de plantas.

O final do século XIX viu começar a surgir o turismo como atividade econômica que se fortaleceria no século XX na cidade do Rio de Janeiro. A valorização da montanha como local salubre seria de vital dentro desta nova perspectiva. O aumento da procura da região

do Alto da Boa Vista, e uma série de investimentos, realizados no maciço da Tijuca comprovariam cada vez mais esta nova tendência. E principalmente, com a construção da Estrada de Ferro do Corcovado e do Hotel das Paineiras, concessão dada aos engenheiros Francisco Pereira Passos e João Teixeira Soares. Ambos os empreendimentos foram inaugurados em 9 de outubro de 1884, com a presença do Imperador D. Pedro II e de toda a Família Imperial.

É importante mencionar também que, em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a república no Brasil. Muitos atos de gestão do Governo Imperial passavam a despertar certo desprezo pelos criadores do novo regime. Portanto, entre 1889 e 1943, a Floresta da Tijuca viveu meio século de certo abandono administrativo.

No final da década de 1920, a prefeitura contratou Alfred Agache, para elaborar o Plano Diretor da cidade. Uma das sugestões do Plano Diretor é que fosse criado o Parque Nacional do Rio de Janeiro, que teria como utilidade ser um reservatório eterno de ar, água e vegetação.

Em 1943, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, convocou Raymundo Ottoni de Castro Maya para ser o novo “Administrador da Floresta da Tijuca” e recuperá-la. Quando Castro Maya assumiu a maior parte das obras de jardinagem e paisagismo realizadas por Gastão de Escagnolle e Auguste Glaziou tinham sido encobertas pela floresta e pelo desprezo das autoridades públicas. Parques, praças, trilhas, casas, lagos e outros equipamentos se encontravam em péssimas condições.

Castro Maya sentiu-se recompensado por ter aumentado significativamente o número de visitantes atraídos para a Floresta da Tijuca durante o período de sua gestão (1943-1947). Castro Maya estimava que aos domingos o público visitante à Floresta da Tijuca fosse de cerca de 5 mil pessoas. A gestão de Castro Maya recuperou várias das instalações e equipamentos da Floresta da Tijuca de uma situação de abandono de muitas décadas.

A Capela Mayrink datada de 1860 é reformada em 1943 na gestão de Raymundo Castro Maya. A Capela contém pinturas de Cândido Portinari no altar, doadas por moradores do Alto da Tijuca.

Em 1960, a Floresta da Tijuca passava a ser gerida administrativamente num repasse da Prefeitura do extinto Distrito Federal para o recém-criado Estado da Guanabara. Em 6 de julho de 1961, o governo federal criou, através do Decreto nº. 50.923, o Parque Nacional da Tijuca, onde incluía a Floresta da Tijuca. Na verdade, o nome oficial desta Unidade de Conservação, nesta época era Parque Nacional do Rio de Janeiro. O governo federal entre 1959 e 1961, criou onze parques nacionais. Enfim, realizava-se o projeto de Raymundo Ottoni Castro Maya de transformar a Floresta da Tijuca num Parque Nacional.

Em 1966, o Parque Nacional da Tijuca (ainda denominado de Rio de Janeiro) foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº. 60.183, redefiniu os limites espaciais do parque e modificou seu nome oficial para Parque Nacional da Tijuca. Parte da Floresta na área da Covanca e Andaraí foram excluídas do Parque, devido a várias favelas estarem implantadas nas suas encostas.

Em 1981, foi publicado o Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca. Um ponto fundamental abordado no Plano de Manejo referia-se ao zoneamento, observando-se que o parque urbano sofria enormes pressões da megalópole que o cercava.

3 – O PNT e o desenvolvimento urbano atual: a sustentabilidade como paradigma

O PNT possui uma forte identificação com a cidade do Rio de Janeiro, onde tem crescido bastante a população de baixa renda (aproximadamente 33%, segundo Iser, 2000). Esta população excluída habita as áreas das encostas dos Maciços que compõe o PNT. A população como um todo, muitas vezes não consegue identificar os limites geográficos do PNT. Não conhecem as funções de um Parque Nacional e têm em relação ao Parque, um convívio diário distanciados. Porém a maioria da população não sabe, por exemplo, que o Corcovado faz parte do Parque Nacional da Tijuca e que sua unidade administrativa situa-se na Floresta da Tijuca, submetido, às regras e leis específicas de um Parque Nacional. Não sabe que a Pedra da Gávea, uma das montanhas mais impressionantes do Brasil, é o maior monólito do mundo. Esta montanha de 842 metros de altitude instiga a imaginação¹ por suas formas curiosas e misteriosas, especialmente pela parte norte da montanha possuindo o formato de um rosto humano. Não sabe que a Pedra Bonita - uma montanha com altitude de 696 metros de altitude, onde muitos desportistas praticam o vôo livre e o montanhismo – além de ser um dos mirantes mais espetaculares e de fácil acesso da cidade, guarda vestígios arqueológicos de construções coloniais.

Uma comunicação mais eficiente entre o PNT e a cidade do Rio de Janeiro² permitiria informar melhor a população das regras legais para sua melhor utilização, sobre seu significado e importância histórica, artística e ecológica. É importante criar maneiras para melhorar a relação entre os diversos atores sociais e o PNT e assim reforçar, no imaginário dos cidadãos, que o PNT é um elemento da natureza que contém uma grande força simbólica bem próxima de sua vida real cotidiana.

Durante os anos de 1999 e 2005 vigorou a gestão compartilhada entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Tinha como objetivo ampliar os serviços de manutenção, conservação, manejo, fiscalização. Foi renovado a cada dois anos.

Os objetivos desta gestão ambiental compartilhada representavam estratégias de engajamento social para a divisão de responsabilidade nos processos de preservação do patrimônio natural, histórico e cultural do PNT. Pois a área do PNT reúne espécies significativas do bioma Mata Atlântica.

¹ A Pedra da Gávea é cercada por lendas e mistérios que a ligariam à civilização fenícia e a seres extraterrestres.

² Sobre este assunto, é interessante a discussão apresentada no capítulo sobre gestão participativa e a nova campanha que se pretende desenvolver com apoio da Associação de Amigos do PNT.

Com a colaboração da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro na gestão ambiental do PNT, garantia-se a conservação das áreas de utilização pública, reflorestamento e ecolimites e o atendimento às escolas. Com isso, a partir de 2001, os recursos federais puderam ser utilizados na construção do Centro de Visitantes do Parque Nacional da Tijuca, situado na Floresta da Tijuca. Apesar de encerrada a co-gestão entre IBAMA e a Prefeitura do Rio de Janeiro, a Unidade de Conservação conta com o apoio da Comlurb, Guarda Municipal e outras instituições municipais para determinadas intervenções.

A expansão de aglomerados urbanos de populações de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro agrava o processo de perda florestal em seus domínios. Isso é resultado da falta de uma política habitacional e de transporte público, destinado aos trabalhadores ao longo de sua urbanização. Em face dos elevados índices de perda de áreas florestadas no estado do Rio de Janeiro e da origem dos problemas socioeconômicos responsáveis por esta diminuição, a proposta de correção dos limites da Floresta da Tijuca e a ampliação da área do PNT se configuram num movimento de significância histórica e de alta representatividade para a conservação da Mata Atlântica.

O PNT apresenta uma biodiversidade significativa. Em relação à flora, conta com cerca de 1.600 espécies, das quais 400 estão ameaçadas. Portanto, incontestavelmente é importante a gerência de sua inteireza ecológica. A ampliação envolve maiores responsabilidades para a sua conservação. Deverão ser conduzidos mais recursos humanos e financeiros, como ampliados os projetos de integração com as comunidades do entorno de seus novos limites. Estas providências certamente contribuirão para a preservação de mais áreas florestadas.

Em 3 de junho de 2004, o Parque Nacional da Tijuca (PNT) teve suas áreas ampliadas, passando de 3.200 hectares para 3.953 hectares, com a correção de seus limites e a inclusão do Parque Lage e da área Pretos Forros/Covanca. O Parque Nacional da Tijuca, antes de sua recente ampliação, era composto de três áreas separadas fisicamente por vias públicas, denominadas: Floresta da Tijuca (setor A), Conjunto Corcovado-Sumaré-Gávea Pequena (setor B) e Conjunto Pedra Bonita-Pedra da Gávea (setor C). Recentemente, com a ampliação do PNT, mais um setor foi criado: Serra dos Pretos Forros/Covanca (setor D).

O setor A apresenta uma área de 14.732.718,68 metros quadrados, ou seja, 1.473,27 hectares. É formado pelas Florestas do Andaraí, Tijuca e Três Rios e é a área mais visitada pela população local. Possui um acesso principal, denominado Portão da Cascatinha, e um portão de saída, localizado próximo ao Açude da Solidão. A Floresta da Tijuca comporta várias áreas de uso intensivo, onde se localizam restaurantes, cachoeiras,

represas, áreas de lazer, trilhas, grutas e mirantes. Nesse setor, encontram-se também prédios históricos, como a Capela Mayrink, o Barracão (onde se encontra a sede administrativa do PNT), a antiga sede campestre da Hípica, e várias ruínas do século XIX.

O setor B possui uma área de 117.100,82 metros quadrados e perímetro de 1.764,07 metros. Nesse setor, encontra-se o monumento do Cristo Redentor, símbolo maior da cidade do Rio de Janeiro. O deslocamento nesse setor ocorre por uma série de estradas, como: do Redentor, da Vista Chinesa e do Sumaré. Atualmente, nas áreas da Pedra da Gávea e da Pedra Bonita, o IBAMA se reconhece ausente.³ Para a autoridade, os problemas principais desta áreas são derivados de capacidade de carga extrapolada. “Chega fim de semana que tem quatrocentas pessoas lá em cima, sem controle do IBAMA. Então, as pessoas levam cachorro, destróem a trilha. A gente já presenciou incêndio criminoso no início do ano. E também um pouco a questão da segurança. Semana passada, sábado, teve assalto lá. Na Pedra Bonita também é intensa a visitação em função do vôo livre e também do montanhismo, também sem uma presença institucional.”

Segundo a administração, articulação com a Secretaria Estadual do Ambiente e a polícia estadual, com treinamento específico, aumentará a vigilância na área, uma das duas principais linhas de ação de sua estratégia. A segunda seria uma parceria com a FEMERJ (Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro) e com outros grupos:

“Com a associação de vôo livre a gente já está em avançada discussão para fazer o Termo de Cooperação Técnica com eles, para que eles nos ajudem a fazer o controle daquela área. Quer dizer: responsabilizar as associações dos usuários daquelas áreas. Fazer essa parceria. A gente está convencido que um Parque como o da Tijuca, ele tem que ser administrado com uma participação dos seus usuários e dos moradores do entorno. Isso sem esquecer que a gente tem que fazer o nosso dever de casa. O Estado tem que estar presente. Mas não adianta só o Estado estar presente.”⁴

O setor C possui uma área de 2.578.421,16 metros quadrados e perímetro de 10.117,12 metros. De todos os setores do PNT, por suas características geomorfológicas (rochosas) apresenta aspectos impressionantes. Esse setor é muito freqüentado por praticantes de esportes, como o vôo livre, montanhismo e caminhadas.

O setor D possui uma área de 4.782.299 metros quadrados, ou seja, 478,22 hectares. Apresenta atualmente uma cobertura vegetal em vários estágios de regeneração, contando também com algumas áreas com vegetação natural. A existência dessa área é muito importante para a manutenção do ecossistema e o acréscimo da viabilidade de

³ Segundo depoimento de Pedro Calmon, administrador atual do PNT, em entrevista ao autor deste trabalho.

⁴ Ver outros termos de cooperação mais adiante.

populações da fauna e da flora. Desapropriada no tempo do Império com o objetivo de proteger os mananciais hídricos da cidade do Rio de Janeiro, Covanca e Pretos Forros fizeram parte do Parque Nacional do Rio de Janeiro, Decreto 50.923, de 6 de junho de 1961. Porém, em 8 de fevereiro de 1967, quando o Decreto Federal 60.183 modificou o seu nome para Parque Nacional da Tijuca e estabeleceu os atuais limites, essa área ficou não foi incluída no PNT. A região, localizada a norte e noroeste do setor da Floresta da Tijuca e separada dele apenas pela estrada Grajaú-Jacarepaguá, configura-se numa extensão natural do PNT.

Recentemente a situação na área da Covanca acumulou nova faceta: uma tentativa conjunta do Governo Estadual / Município de criar o “Bosque Pan”, um corredor ecológico entre o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca. A iniciativa, que pode ter interesse temporário, de marketing, esbarra na realidade. No entanto, a União não se opõe, aparentemente:

“Achamos que tem alguma dificuldade física. O fato de ter muita ocupação urbana ali. Mas, então a gente nunca vai conseguir a integração física, até porque ele é cortado. Mas apoiamos essa iniciativa e vamos trabalhar para que isso aconteça.”⁵

A Covanca é definida pelo Plano de Manejo área de recuperação ambiental. Não existe, portanto, intenção de se intensificar a visitação, pois a área - sobre a Linha Amarela, Jacarepaguá - está bastante degradada, sob pressão de favelização. Além disso, outros usos sociais específicos daquele caso têm levado a autoridade federal a considerar uma abordagem de aproximação com as comunidades a mais adequada para a proteção do lugar:

“Então a gente quer fazer um trabalho com as comunidades. (...) Existem algumas igrejas, alguns religiosos que entram ali na mata, para rezar, para orar, na perspectiva de subir a montanha para se aproximar de Deus. A gente tem feito um trabalho junto com eles, porque na verdade eles acabam fazendo acampamento, sujando, degradando. Já se vêem, em foto aérea, os clarões que estão sendo abertos por essa visitação desenfreada. Temos intensificado a vigilância nesse sentido e procurado fazer um trabalho em que eles procurem outra área para suas orações (...) Nada contra a prática religiosa. (...) A atividade religiosa, em si, de orar, de contemplar, de transcender, tem a ver com o espírito conservacionista. A princípio não há problema nenhum. O problema é que, como está sendo feito ali, está realmente criando danos. E isso a gente não pode permitir. Então, a gente tem feito um trabalho junto a eles. Temos procurado pastores das igrejas para ver se eles nos ajudam no sentido de inibir, de desestimular este tipo de visitação. (...) Não sei se a gente está tendo muito sucesso. (...) Precisamos ter maior fôlego ali, para poder ser mais agressivo nesse trabalho de recuperação. Não digo tanto de

⁵ Calmon, entrevista

proteção, mas de recuperação e trabalho junto às comunidades que estão beirando os limites do Parque.”

O que é proteger?

Não apenas a população do Rio de Janeiro e os visitantes não compreendem exatamente os limites e os setores integrantes do PNT, mas os próprios funcionários dos organismos públicos responsáveis, como o IBAMA, que vem, segundo Rogério Rocco, atual Superintendente Regional do IBAMA-RJ, se orientando para a promoção de demarcação física das áreas limites do Parque, e sua sinalização nessas áreas. Deste modo não se amplia apenas o conhecimento por parte da sociedade, mas a própria ação de fiscalização do Parque ou outros órgãos de fiscalização, que, reconhecendo tal identificação, saibam exatamente o que pertence ou não ao PNT.

Outras questões envolvem segurança/proteção numa visão mais ampla. Sobrecarga e ação irregular/intimidatória de táxis e vâns, flanelinhas, desvio de dinheiro da arrecadação, e estacionamento irregular abrindo clareiras para ampliação das vagas, tumulto total no trânsito interno⁶. O IBAMA conseguiu, em operação com a Polícia Federal, este ano, desbaratar uma complexa quadrilha de desvio de dinheiro e acabar com a área do estacionamento interno. Hoje, táxis e vâns apenas desembarcam e embarcam os turistas na área interna da estrada do Corcovado e têm que ficar do lado de fora, esperando.

Esse ordenamento provocou uma reação dos setores que tiveram suas atividades limitadas, mas trouxe vantagens para outros. Novo sistema de cobrança de ingressos, com catracas e bilhetes eletrônicos, foi licitado. Quem comprar o bilhete na cabine que será montada nas Paineiras já terá direito de ser conduzida por um sistema de vans que vão funcionar só internamente: o preço do transporte estará inserido no ingresso.

A autoridade florestal alega ter feito acordo com a prefeitura do Rio de Janeiro, de disponibilizar uma linha de ônibus do Largo do Machado até a área do Corcovado, ali na área das Paineiras, e que estaria sendo descumprido pela municipalidade. Uma linha de

⁶ A eleição da estátua do Cristo como uma das maravilhas motivou a idéia de premiar a sociedade liberando gratuitamente acesso pelo trem para o Corcovado. Ficou evidente que o evento foi exaustivamente anunciado sem que todas as medidas para evitar incidentes fossem adotadas. O IBAMA alega ter tomado conhecimento do fato pela imprensa. O episódio colocou a nu, deste modo uma tensão muito maior, anterior e constante. Segundo Rocco: “Felizmente, as pessoas que estavam lá, apesar de todos os transtornos, toda a demora, apesar de muita gente não conseguir entrar pela falta de capacidade de transporte, apesar de muita gente ter subido pelos trilhos colocando em risco suas vidas, as pessoas vieram na paz. Enfrentaram todas essas dificuldades com um bom humor e com o caráter pacífico que tem o cidadão de um modo geral, o cidadão carioca. E aí efetivamente não ocorreu nenhum transtorno a não ser o uso generalizado das áreas da estátua para urinar, para defecar, o lixo espalhado por todos os lados, porque a estrutura não comportava essa quantidade de pessoas. Então foi um transtorno. Isso demonstra o perfil do Administrador do trem que tem agido historicamente com uma liberalidade, com uma arrogância, que não lhe é permitida, porque ele é um concessionário de um serviço público que funciona no interior de um Parque Nacional. Ele tem que se submeter às regras de funcionamento do Parque. Foi o que eu caracterizo como um fato isolado. Mas a violação de regras do Parque por parte do concessionário do trem, tem sido rotineiro.”

ônibus representaria um transporte confortável e barato para chegar às Paineiras. Entrando em operação, essa linha reduziria sensivelmente a incidência de carros particulares no local, que já não poderão entrar no Corcovado. E quanto ao estacionamento, há hoje cerca de duzentas vagas regulares disponíveis, do sistema “vaga certa”. Com o novo sistema as vâns e os táxis não poderão mais entrar na área interna do Corcovado.

Vâns que estacionam na porta da Estrada do Corcovado para conduzir os turistas que chegam de carro e não querem subir a pé usam essa demanda, cobram o preço de um mercado que estipulado por elas mesmas. E as pessoas, portanto, não tem opção de pagar mais barato. Ou paga o preço exigido ou sobe a pé. Quem pode subir a pé, tem condições de andar a pé tem feito isso. Quem não têm, quem está cansado está com a família grande, quem é idoso, opta pela vân. Mas quando o novo sistema estiver funcionando isto vai ser desnecessário. Porque já vai ter um sistema de vâns funcionando internamente. A pessoa não vai precisar optar por um serviço desregulado.

Hoje já se pensa, como ação complementar a esta, a identificação com placas sinalizadoras para circulação de automóveis e para o trânsito de pessoas, o que serviria para ordenar melhor a circulação dentro da Unidade - e para dar a noção mais real de sua dimensão, de modo que as pessoas saibam que o Cristo Redentor e a Pedra da Gávea estão no Parque Nacional da Tijuca, que a área da Covanca, na subida da estrada Grajaú-Jacarepaguá é do Parque da Tijuca, e outros marcos.

Os visitantes da Pedra da Gávea e Pedra Bonita têm sido vítimas de assaltos, o que tem dado azo a reclamações sobre um pretense abandono, por parte do IBAMA, destes pontos do PNT. No entanto, compreendendo o contexto de violência da cidade do Rio de Janeiro como não sendo exclusivo da área interna do Parque da Tijuca, a autoridade pública recorre às estatísticas: é grande o número de pessoas que frequenta essas áreas, mas não se aproxima aos das áreas de grande circulação do centro da cidade, onde há, sim, assaltos constantes. Em comparação, os assaltos na trilha não seriam constantes; ao contrário: nos últimos dois anos foram registradas cerca de seis ocorrências em todo o Parque da Tijuca.

"Se a gente projetar a situação da cidade para as áreas internas do parque da Tijuca, a quantidade de incidências dessa natureza não extrapola o padrão existente na cidade. Principalmente se a gente considerar que várias dessas ocorrências se dão em trilhas, que estão em áreas com grande isolamento com dificuldade de comunicação, com a baixa frequência de público."

Para Rocco, estariam em curso algumas ações como resposta aos criminosos: “O número de ocorrências é baixo, mas a gente tem que trabalhar com a perspectiva de ter um “índice zero”, de que não ocorra nenhum tipo de violência no interior do Parque. Ampliar a

vigilância armada. Implantar sistema de vigilância monitorada por câmeras. E aumentando a presença da polícia militar que é quem tem competência e capacidade para o combate a esse tipo de ocorrência criminosa.”

Detalhando a declaração do técnico, vem sendo desenhada desde 2006 é uma espécie de convênio com batalhões da Polícia Militar atuantes na área, incluindo o batalhão Florestal, o Batalhão de Turismo e o 2º Batalhão. Encontros com as secretarias estaduais do meio Ambiente e de Segurança Pública estão configurando, com a ajuda de técnicos de todas as partes envolvidas, um rodízio de vigilância dos batalhões, instalados em pontos fixos. Apesar da limitação do efetivo, alguns compromissos estão sendo assumidos: todos os finais de semana, equipes mistas IBAMA / policiais estarão circulando pelas trilhas do Parque.

Na prática, atualmente, foi aumentada a quantidade de vigilantes no Parque a partir do dia 1º de junho do corrente ano - de sete para dezesseis guardas. O aumento nas despesas do Parque é grande, porém a gestão considera que os resultados positivos compensem, seja pela proteção do patrimônio - físico e biológico - seja pelo aumento na segurança - psicológica e objetivamente - do visitante. Na área do Corcovado, passou-se de dois para quatro guardas. No Mirante Dona Marta, de zero para dois. No Parque Lage, de zero para três. Há o apoio dos dez Guardas Municipais tanto no Parque Lage, quanto na Floresta, mas falta cobrir algumas áreas importantes como a Pedra da Gávea e a região do Horto, por isso a meta é passar de vinte vigilantes no total.

Além disso, já foi firmada cooperação técnica com empresa FORTNET, para instalação de um Sistema de Monitoramento Remoto, em trinta e dois pontos secretos estratégicos. O monitoramento proposto oferece imagens em tempo real e gravação dos períodos sem monitoramento humano imediato, como a noite, permitindo imediata checagem de irregularidades ou ocorrência ilícita, e contribuições com a polícia quando houver algum tipo de crime. Trinta e duas câmeras serão posicionadas, segundo cronograma, sessenta dias a partir da assinatura (04/07/07), conhecendo-se apenas a localização das geradoras de imagens de entrada e de saída do Parque, para identificar a frequência,

Está prevista ainda para este ano implantação de vigilância patrimonial privada, tanto na Pedra da Gávea como na Pedra Bonita e na área da Covanca. Um próximo passo seria criar estrutura física para que eles estejam abrigados em algum local, usando a lógica da compensação ambiental no caso da transição de antena analógica para sistema digital. Uma das compensações no caso das antenas seria a construção de cinco novas guaritas, incluindo Pedra da Gávea, Pedra Bonita e Covanca.

Termos de Ajustamento de Conduta

Uma questão que suscita polêmicas e conflitos para a proteção do PNT está relacionada à ocupação das empresas de comunicação no morro do Sumaré:

Há registros de que as primeiras autorizações para a ocupação de áreas do Parque Nacional da Tijuca para implantação de tais atividades se remetem ao início dos anos 70, quando o IBDF autorizou, a título precário e gratuito, as primeiras construções e instalações de torres e equipamentos de transmissão na cumeada do morro do Sumaré. Segundo documentação apresentada por alguns dos ocupantes, a partir dessa época foram fornecidas cerca de dez autorizações, incluindo entidades públicas e privadas. (Almeida; Peixoto, 1997)

A orientação via TAC's foi indicação da consultoria jurídica do IBAMA, a partir da interpretação da legislação sobre uma questão que vinha sendo tratada via licenciamento, até então. Como se entendeu que determinados licenciamentos não são possíveis, pois a legislação não permite determinados tipos de atividade conforme a UC, indicou-se firmar, individualmente, Termos de Ajustes de Conduta com essas empresas com ocupação no PNT. E vários processos foram abertos para que cada uma se comprometesse com a desocupação, quando houvesse tecnologia que viabilize sua retirada.

Segundo Ricardo Calmon, atual administrador do Parque Nacional da Tijuca, a estratégia adotada PNT-IBAMA é “um pouco diferente”:

“Ao invés de a gente fazer o Termo de Ajuste de Conduta com cada empresa, estamos querendo fazer um Termo de Compromisso ou um Termo de Cooperação Técnica ou um Conjunto das Antenas, por meio da sua associação representativa, das empresas que utilizam as antenas, e não no sentido da retirada total, mas de colocar uma antena única ao longo do tempo. Enquanto isso não acontece, que sejam tomadas aquelas medidas mitigadoras e compensatórias (...)”

Um comprometimento maior por medidas compensatórias que auxiliem o Parque a dar conta do seu trabalho de proteção permite desenvolver uma série de projetos. Praticamente todas as televisões e rádios que operam no Rio de Janeiro têm antenas no Sumaré, além das outras antenas de comunicação, ligadas à área de telecomunicações ou que atendem cooperativas de táxis. Segundo a autoridade, o primeiro passo para o sucesso desta estratégia é diferenciar antenas que são de utilidade pública, consideradas fundamentais para o uso da população, tanto de radiodifusão quanto de telecomunicações, daquelas outras de uso mais privado, como as de cooperativas de táxis.

Uma vez que se carece de leitura jurídica mais rígida, um acordo, por meio da Associação do Estado do Rio de Janeiro da Radiodifusão, já se encaminha para a sustentabilidade via mitigação de impactos: substituição da vegetação exótica pela nativa,

dar destino melhor para o lixo e outras providências de natureza da engenharia. Um fdos projetos a viabilizar com recursos deste acordo, como já se mencionou, é a implantação de uma Guarda Florestal paga por essas empresas e a instalação de um Sistema de Monitoramento Remoto, em tempo real, permitindo imediata checagem de irregularidades.

Outros entendimentos usando a lógica do TAC estão em andamento, com outros atores sociais, em outros setores do Parque.

“É fundamental que as comunidades, que esses grupos, que os usuários estejam ativamente participando nessa Administração. Então, nós estamos discutindo com a Associação Brasileira de Vôo Livre, o uso compartilhado daquela área. Um Termo de Cooperação Técnica especialmente para a Pedra Bonita, para a parte da rampa. E para a parte das montanhas e aí pegando o conjunto. A gente ia fazer primeiro só para a Pedra da Gávea. E eles mesmos, do montanhismo, falaram em fazer o complexo, em fazer o setor todo. Então a Pedra da Gávea e a Pedra Bonita, a parte da montanha, teriam um pacto, acordo de cooperação com os clubes e Federação de Montanhismo.”

Sustentabilidade e situação atual dos recursos hídricos: apontamento

É proibida a captação de água dentro do Parque. Quanto menos captação dentro do Parque melhor para a preservação, mas a CEDAE realiza captações no PNT e Tinguá e é necessária uma estratégia de desmobilização desta atividade. A orientação recente da CEDAE seria diminuir a captação no PNT, e ampliar o entendimento, tanto que vem mantendo um representante no Conselho Consultivo. No entanto, nenhuma negociação de termos compensatórios foi realmente levada a cabo, conforme depoimento abaixo:

“Nunca se teve fôlego para abrir uma discussão com eles (CEDAE) no sentido que a gente começou a abrir com outras empresas, por exemplo, a Light, que tem rede de transmissão lá dentro... A TV Globo a gente está trabalhando também. Com a CEDAE, a nossa intenção também é, enquanto eles estiverem lá dentro, trabalhar no sentido de que haja uma compensação sobre ações mitigadoras e compensatórias para esse uso do recurso, enquanto eles não conseguem desmobilizar. Obviamente, a gente também não vai chegar de uma hora para outra e cortar a água de uma parcela da população, não é a nossa intenção. Mas, que pelo menos o “ganho ambiental” fique evidente: já que está havendo a captação, que tenha um menor impacto ambiental. E além disso traga um ganho, por meio de outras medidas compensatórias.”

Existe uma base técnica para a cobrança de tarifa de água. Recentemente houve estudos econômicos vinculados ao projeto financiado pela Petrobrás Ambiental, que produziram números no sentido da cobrança. Para a administração do PNT, há o sentimento é que esta questão não é tão técnica, mas mais diplomática, sensibilização, e convencimento.

O novo Plano de Manejo

Cerca de 25 anos depois, um dos maiores avanços para a gestão do Parque Nacional da Tijuca será o novo Plano de Manejo, previsto para o final de agosto de 2007, propondo profundas mudanças. É ponto pacífico que é hora de um Plano de Manejo atualizado, previsto inicialmente para julho. Dois fatores teriam contribuído para o atraso: uma greve, que interrompeu os trabalhos, e algum grau de indefinição ainda sobre determinadas áreas estratégicas⁷. Há controvérsias ainda sobre o grau de detalhamento:

Então, a gente tem os grandes pactos, os grandes acordos, com a equipe técnica do Rio, de Brasília e com os outros interlocutores do Conselho Consultivo, mais ou menos costurado. Está tudo mais ou menos costurado. Vamos dizer “está no prelo”, precisando colocar no papel. Mas na hora de colocar no papel, surgem algumas dúvidas ainda porque o Plano de Manejo tem uma característica que eu pessoalmente considero ruim: é muito detalhista! Eu acho que ele deveria se prender mais a diretrizes, ao zoneamento, à questão do que pode ou não pode e não entrar em tanto detalhe. Por quê? Para permitir que isso fosse resolvido na hora da implementação do Plano, na elaboração dos projetos específicos. Mas não é essa a concepção que se tem. Não é o modelo metodológico adotado pelo IBAMA, não é esse. Então, eu tenho que me adaptar ao modelo e não o modelo se adaptar a mim. (...) E como você tem que detalhar bastante, você tem que ter muita segurança no que vai fazer. E isso leva a uma demora maior na elaboração do Plano.”

A definição da zona de amortecimento define o quanto que uma UC vai se debruçar sobre uma cidade ou não. É uma definição estratégica. Implica que qualquer atividade na zona de amortecimento, que tem impacto sobre a biota, esteja sujeita a autorização. O desenho anterior, que persiste até o novo plano de manejo, abrange a mata de área desconsiderando a área de expansão urbana. Essa definição permitirá melhor reflexão sobre aumentar o poder de fiscalização do Parque, e em que áreas de impacto

Novas perspectivas se abrem para o desenvolvimento de projetos técnicos para o PNT, mas a administração adverte sobre uma dificuldade na elaboração: a pequena equipe de técnicos. É preciso contornar o pequeno efetivo com algumas parcerias e ofertas de recursos. Por exemplo, o Ministério do Turismo fez oferta em relação ao Corcovado, para o projeto do Centro de Referência da Mata Atlântica. Outras questões carecem de soluções, nessa mesma linha:

“Falta um projeto técnico de revitalização e manutenção do Parque Lage, dos jardins históricos. E dificilmente você consegue patrocínio para projeto. Você tem que ter o projeto para conseguir patrocínio, para implementar o projeto, mas não para elaborar o projeto. Então, esse é um gargalo importante pra gente. A gente tem buscado

⁷ Depoimento de Calmon

algumas parcerias para suprir isso. O que é bastante difícil. Então muitas vezes você acaba envolvendo, empresas ou pessoas físicas, técnicos, consultores que fazem e elaboram esses projetos técnicos no risco, vamos dizer assim. Na expectativa de mais tarde, com um patrocínio, serem remunerados pelo trabalho. Daí é esse o caminho que a gente está percorrendo.

Paineiras, a boa promessa

Pensa-se na definição da capacidade de carga para colocar em prática um controle de acessos que garantam respeito aos limites estabelecidos inclusive em relação ao número de visitantes ao Cristo Redentor. Roletas no acesso pela estrada do Corcovado e no acesso pelo trem, a diminuição – significando inclusive a retirada - dos estabelecimentos comerciais, seguindo uma vocação de visitação mais rápida, estão entre as idéias. Repensar o papel dos restaurantes e das lojas de souvenirs - comércio que, hoje, nem sempre agregam valor ou permitem uma fruição nos moldes pretendidos – permitiria associações mais legítimas e intensas com a importância de proteção da Mata Atlântica, conservação da biodiversidade e outros valores. Hoje são muito consumidas pequenas reproduções da estátua do Cristo e pedras ditas semi-preciosas.

Pensa-se num estacionamento subterrâneo fora da área do Corcovado, mas agregado aos usos do Corcovado, na implementação, no Hotel das Paineiras de um Centro de Referência em Mata Atlântica. A Universidade Veiga de Almeida está com a posse daquele Hotel: a cessão foi feita alguns anos atrás, permitiu algumas obras, mas não foi renovada. Existe uma demanda judicial sobre indenização que a Veiga move contra a União e ajuda a perpetuar a posse. A União já requereu a posse tanto em SPU, como em juízo, para criar o centro, que combinaria uma espécie de centro de convenções (auditório amplo, salas de reunião, salas de projeto, salas de projeção de vídeo, de consulta à internet), serviços variados associados ao uso do Parque, disponibilização de materiais associados à conservação da Mata Atlântica, implementação de centro de documentação e de informações. Com o centro, se pretende resgatar a história do Hotel, relacionada à história do Corcovado⁸, e mais, segundo Calmon:

É fundamental, estratégico para a questão ambiental, para o movimento conservacionista, para a ecologia, que o Parque Nacional da Tijuca seja um Parque especializado em Educação Ambiental. E o nosso local de maior visitação é exatamente o Corcovado. Ali a gente recebe um milhão de pessoas por ano, ou mais. E essas pessoas

⁸ Uma cessão foi feita por D. Pedro II para a construção da Estrada de Ferro do Corcovado e para o Hotel. A corte já usava o Corcovado como mirante, como um lugar de passeio, principalmente a cavalo. Depois foi feita a primeira estrada de ferro turística do Brasil, que levaria ao Hotel, uma cessão de Pereira Passos. Posteriormente, é que foi feita a estação lá de cima do Corcovado. Então, a história do Hotel das Paineiras está intrinsecamente, umbilicalmente ligada à história da conquista do Corcovado. Então, a gente quer resgatar isso.

vão ao Corcovado e não sabem que estão num Parque Nacional. Não sabem o que é entrar numa Área de Proteção Integral. Não conhece esse equipamento, essa instituição chamada Parque Nacional da Tijuca. Então, o Hotel das Paineiras, o Centro de Referência que a gente pretende criar ali, é exatamente o local, o espaço de interpretação, de educação, de uma série de eventos que levem a uma qualificação dessa visita que se faz ao Corcovado. Ou seja, vai ser “o locus” de onde a gente vai passar o conteúdo ambiental nessa visita.

Pensa-se numa rede de estabelecimentos para atender desde o turista estrangeiro com disponibilidade para gastar bem num restaurante fino até um café ou restaurante mais popular que atenda ao cidadão que vai as Paineiras nos finais de semana. Hoje, nem um nem outro destes públicos pode contar com infra-estrutura mínima de apoio, tipo banheiro e lugar para lanche. Tampouco há lojas de motivação ecológica com produtos que agreguem valor ao Parque Nacional da Tijuca. Esta condição limita a visita, portanto o Hotel das Paineiras se transformaria num espaço múltiplo de estímulos a um maior e mais qualificado consumo, com maior permanência.

“Hoje, o que existe ali é um turismo *clássico*. O turista vai lá, tira fotos do Rio, tira fotos da imagem do monumento e vai embora. E fica até de costas para a Floresta. O pessoal olha principalmente no mirante de frente para o Pão de Açúcar, para a Baía de Guanabara, para Ipanema, para o mar, para o Maracanã e não olha tanto a Floresta. Então, o que a gente quer é exatamente que o Corcovado esteja de frente para a Floresta e que o Hotel das Paineiras, então, seja este espaço. (...)”

A visita ao Corcovado no entendimento do Plano de Manejo, dos técnicos que estão elaborando o Plano de Manejo, é que ela deve ser uma visita rápida. A presença lá em cima, até por causa do número muito grande de pessoas, não deve ser estimulado restaurantes, equipamentos que levem as pessoas a ficarem lá muito tempo. Então a idéia é transferir todos esses equipamentos para o Hotel das Paineiras. E lá sim, a pessoa ter exposições, ter livrarias, ter informações, ter a folheteria, ter restaurante, ter auditório. Ter uma série de equipamentos e informações que qualifiquem, que melhorem essa visita. Ao sair de uma visita ao Corcovado, que não fique só com a questão da beleza da natureza. Com essa coisa maravilhosa que é aquele mirante e a nossa cidade, mas ele leve também uma sementinha, uma mensagenzinha sobre a importância da preservação ambiental.”

Haveria, concomitantemente à adequação da capacidade de carga e da missão do Cristo/Corcovado, um importante redesenho de gestão:

“Então, o Hotel é estratégico nesse sentido, ale disso, ele passa a ser um centro articulador da Serra da Carioca. O Parque tem quatro setores. Aquele setor não tem uma sede. A gente está querendo criar

no Parque Lage⁹ esse centro de visitantes, lá na cavalaria, que eu me referi antes. Mas é insuficiente. A gente quer um grande centro articulador daquele que é o ponto mais visitado. A gente tem ali a visita: a ligação com o Parque Lage, a visitação para aquela vertente que dá ali para o Jardim Botânico, que vai para o Cosme Velho, para a Tijuca, hoje sem uma sede.”

⁹ Segundo Calmon, apesar de o Parque Lage, ter sido incorporado, em 2004, no limite do Parque Nacional da Tijuca, “o IBAMA na prática, apesar de ter alguns servidores abnegados lá trabalhando, na prática não definiu políticas e diretrizes, estratégias, que levasse a uma incorporação efetiva daquela área a estratégia e a toda diretriz do Parque. A gente entendeu que o Parque Lage é fundamental para um trabalho voltado para a questão da Educação Ambiental ali na Zona Sul.”

4 – Experiências rumo à Gestão Participativa no PNT

Aumenta no mundo inteiro, a mobilização por modos de participação mais diretos e pela organização de espaços políticos públicos, nos quais os cidadãos possam agir e decidir os destinos da vida coletiva. É de vital importância a primazia política, por parte do governo federal e de grupos sociais ligados à questão ambiental, a formação de conselhos gestores ou consultivos nas UCs de proteção integral, tendo como fundamentos princípios participativos e democráticos de gestão. A gestão democrática das UC's no Brasil é um tema primordial em políticas de proteção da natureza.

Aqui apresentamos não apenas as experiências diretas de gestão – como os Conselhos – mas outras iniciativas laterais de envolvimento da comunidade ou comunitário em programas educativos, de geração de renda e de lazer remetendo direta ou indiretamente à Unidade. Instrumentos em que diferentes setores da sociedade se envolvem para avançar nas melhores práticas ecológicas possíveis, como os TACs, também são considerados.

Para estabelecer as bases desta discussão, é preciso salientar que, apesar de geralmente serem usados como sinônimos, neste contexto queremos ressaltar uma diferença: *da comunidade* pode querer dizer, aqui, um programa que foi desenvolvido para a comunidade, com ou sem sua participação direta ou opinião levada em conta. *Comunitário*, para nós, quer dizer co-construído com os atores das comunidades mesmas.

Além de tudo isso, é necessário dizer que as massas urbanas inseridas na cidadania e na produção são tão “comunitárias” quanto as comunidades carentes de entorno do PNT. Portanto, um visitante de Ipanema que seja assaltado em uma trilha considera como sendo *para a comunidade* um programa de segurança envolvendo ou não uma guarda treinada remunerada ou voluntária composta de moradores do Borel.¹⁰ Pode, inclusive com bom argumento, salientar que não é ideal este tipo de treinamento uma vez que efetivos de policiais militares, civis e guardas do exército, dependendo da ação, são os canais legalmente constituídos e legitimados pelo povo. Isto porque resolver determinadas questões fundamentais – educação, segurança, saúde – são atribuições entendidas como de governo, são serviços *para a comunidade, públicos*.

Avanços importantes foram conquistados, principalmente na questão da participação. Alguns objetivos reforçaram a função social do PNT na forma de preservar sua diversidade biológica, a conservação de seu ecossistema e condições para o desenvolvimento

¹⁰ Esta questão é delicada. Para o entendimento de alguns de seus diferentes lados, e das atuais pretensões de desenho de projetos e políticas públicas, é interessante estabelecer a relação com o Projeto Jequitibá, por exemplo, que será mencionado mais adiante.

sustentável. Com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC, através da promulgação da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, progressos foram alcançados e representaram benefícios aos órgãos públicos responsáveis pela gestão das unidades de conservação. No seu artigo 4º, encontra-se a definição de seus objetivos:

- I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V – promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII – proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX – recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII – favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

No que concerne à gestão participativa, podemos observar algumas diretrizes que figuram no artigo 5º da Lei do SNUC, que devem estar em harmonia com a possibilidade de reorganização e construção do conselho consultivo, de maneira que:

- III – assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;
- IV – busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;
- V – incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;
- VI – assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação;

IX – considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;
X – garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos; [...].

Sobre as categorias de Unidades de Conservação, o SNUC, no artigo 7º diz que:

Art. 7º - As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:
I – Unidades de Proteção Integral; [...]
& 1º - O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

Nesta categoria de Unidade de Conservação, o SNUC classifica como peculiaridade de um parque nacional:

Art. 11º - Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

& 1º - O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.
& 2º - A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.
& 3º - A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento [...].

Observamos que, devido ao fato da Lei do SNUC ter sido sancionada em 2000, ainda existe muita desinformação a respeito das atribuições do conselho e dos conselheiros. Foi criado um grupo, por gestores e técnicos das Unidades de Conservação da região Sul Brasileira, que já realizou dois seminários sobre o tema específico. O primeiro foi realizado em Santa Catarina, em 2004. O segundo, em que teve como objetivo aprofundar as discussões do primeiro, foi realizado em novembro de 2006, no Rio Grande do Sul. Este grupo criou uma lista de grupos na internet, da qual fazemos parte, para facilitar a troca de experiências em todos os conselheiros. O endereço do grupo é: conselhosgestores@grupos.com.br

Um instrumento fundamental para nortear as ações do conselho consultivo do PNT é o Plano de Manejo. Conforme estabelece o SNUC:

Art. 27 - As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo.

& 1º - O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. [...]

Art. 28 – São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos. Parágrafo único – Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

É importante observar o Capítulo V do Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002 que regulamenta os artigos da Lei do SNUC. Nele competem os preceitos relacionados com a participação paritária, o funcionamento do conselho gestor e as atribuições de seus componentes, e no que concerne a participação na revisão do Plano de Manejo e promoção de uma gestão integrada entre as Unidades de Conservação.

Art. 17 – As categorias de unidade de conservação poderão ter, conforme a Lei nº 9.985, de 2000, conselho consultivo ou deliberativo, que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação, o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados.

& 1º - A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas.

& 2º - A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

& 3º - A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais.

& 4º - A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP com representação no conselho de unidade de conservação não pode se candidatar à gestão de que trata o Capítulo VI deste Decreto.

& 5º - O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

& 6º - No caso de unidade de conservação municipal, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, ou órgão equivalente, cuja composição obedeça ao disposto neste artigo, e com competências que incluam aquelas especificadas no art. 20 deste Decreto, pode ser designado como conselho da unidade de conservação.

Art. 18 – A reunião do conselho da unidade de conservação deve ser pública, com pauta preestabelecida no ato da convocação e realizada em local de fácil acesso.

Art. 19 – Compete ao órgão executor:

I – convocar o conselho com antecedência mínima de sete dias;

II – prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado.

Parágrafo único – O apoio do órgão executor indicado no inciso II não restringe aquele que possa ser prestado por outras organizações.

Art. 20 – Compete ao conselho de unidade de conservação:

I – elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;

II – acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;

III – buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;

IV – esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

V – avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

VI – opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VII – acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VIII – manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e

IX – propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

As dificuldades de acordo político entre os governos federal e municipal em relação à co-gestão do PNT, dentre outros temas, comprovava a necessidade de se reconstituir o conselho consultivo. Na época da assinatura, 22 de agosto de 2002, do Decreto nº 4.340, da Lei do SNUC, vigorava um conselho consultivo do PNT, que constou da Portaria 98, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 6 de agosto de 2002. O quadro de integrantes era o seguinte:

- Chefe do PNT (Presidente);
- Representante das UC federais no Rio de Janeiro – Núcleo de Unidades de Conservação;
- Diretor Executivo da gestão compartilhada;
- Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro;
- Representante da Secretaria Municipal de Turismo do Rio de Janeiro;
- Representante da Associação de Amigos do PNT;
- Representante do ISER;
- Representante do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro;
- Representante da Superintendência da Polícia Federal;
- Representante da CEDAE;
- Representante da Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

Pela composição deste conselho consultivo, que não atendia as novas indicações da Lei do SNUC na questão da participação paritária, tornava-se fundamental a recomposição, reorganização e fortalecimento do conselho consultivo do PNT. Então, em 2006, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) inicia um processo de mobilização e articulação, entre os mais diversos atores sociais, com seus variados saberes e referências, relacionados ao PNT, visando ações voltadas para o fortalecimento da gestão participativa em unidades de conservação. Sua constituição aparece no quadro a seguir:

SETOR GOVERNAMENTAL	SOCIEDADE CIVIL
Chefia do Parque Nacional da Tijuca	ESFECO Administração Ltda. - Trem do Corcovado
NUC/IBAMA	Instituto de Estudos da Religião / ISER
CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto	Movimento Rocinha Comunidade 21
SERLA – Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas	Sociedade de Assistência Social Novo Horizonte (Morro da Formiga)
Instituto Estadual de Floresta / IEF Parque Estadual da Pedra Branca	Complexo de Jacarepaguá, Associação de Moradores e Amigos da Covanca
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	Associação dos Amigos do Parque Nacional da Tijuca
RIOTUR – Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro SA	Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro / FEMERJ
GEOHECO – Laboratório de Geo-hidroecologia - Deptº de Geografia do Instituto de Geociências da UFRJ .	Viva Rio /MIR- Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro	Associação Defensores da Terra
Guarda Municipal do Rio de Janeiro	Instituto Terra Brasil Projetos e Educação Ambiental
Polícia Federal	Viva Santa
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Rádio Grande Tijuca

Os novos componentes do conselho consultivo do PNT passariam ainda por um processo de qualificação e capacitação. Suas intervenções melhor qualificadas contribuem

muito, para a construção de uma sociedade mais democrática. Depois de um ano de intensos trabalhos, debates e discussões o novo conselho consultivo do PNT, pela Portaria nº 103 de 19 de dezembro de 2006, efetivamente se constituía para exercer atividade de relevante interesse público.

Estratégias de gestão podem ser analisadas obtendo-se recursos financeiros para viabilização, preservação e sustentabilidade do PNT. O artigo 47 da Lei do SNUC é uma boa ferramenta para isto:

Art. 47 – O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou que faça uso de recursos hídricos, beneficiário da proteção proporcionada por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica.

O conselho consultivo do PNT deverá ser capaz de se organizar para atender a questão hídrica e avançar sobre ela, com o objetivo de dar sustentabilidade a unidade, observando-se a legislação. Tanto a Lei Federal 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos, como a Lei Estadual nº 3.239, de agosto de 1999, que cria a política estadual de recursos hídricos, são parecidas. Dessa forma citamos o artigo 1º da Lei 9.433:

I – a água é um bem de domínio público;
II – a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
III – em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
IV- a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Políticas Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; [...]
V – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades; [...]
IX – a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; [...].

O autor deste trabalho procurou investigar, tendo como fonte o depoimento direto do Superintendente Regional do IBAMA-RJ, a atual avaliação da entidade sobre a participação do Conselho Consultivo junto a Administração do Parque Nacional da Tijuca. Além disso, procurou-se saber o que a poderá (ou pretenderia) fazer para fortalecer o Conselho Consultivo. Para Rogério Rocco, é obrigação do Chefe da Unidade organizar o Conselho, consultar ao máximo de interessados e compô-lo da forma mais representativa para exercer as funções que estão definidas para um Conselho dessa natureza. Segundo ele, estão

sendo feitas visitas a algumas unidades durante as reuniões de Conselho para ampliação do contato e do que chamou de “condição de contribuir”.¹¹

Sobre o Conselho do PNT, especificamente, a autoridade considera que, embora tenha sido implementado há pouco tempo, tem uma composição muito rica, com a devida representação de setores fundamentais, com interesse direto na gestão do Parque. Parte da avaliação positiva é atribuída ao “espírito de cooperação do Conselho do Parque”, que seria retribuído pelo Chefe do Parque “com a mesma postura, embora o processo de participação seja uma permanente construção.”

Para além das disputas e mútuas acusações de incompetência ou de abuso no poder, entre os diversos setores do executivo, é sentida a necessidade de resolver questões supra-mandato. Um caso eloqüente é o dos transtornos no caminho para o Cristo Redentor: falsos guias que intimidam turistas, falta de controle sobre tarifas de vans estacionamento sem vagas suficientes, dentre outros problemas.¹²

Apesar de o IBAMA declarar que a situação dos guias foi herança de um programa de capacitação de membros da comunidade do Cerro-Corá para atuação como guias de turismo, promovida pela prefeitura, há, de saída, o reconhecimento de que aproveitar o potencial de turismo que envolve o Cristo e seu entorno tenha sido uma iniciativa louvável. As críticas recaem sobre o fim do programa, lamentando “o abandono a que a prefeitura relegou a esses meninos, deixando por conta deles próprios o ordenamento da atividade”. Seja qual for o motivo, de fato os resultados do fim do programa municipal são visíveis: o ordenamento perde de foco o serviço ao turista e traz à baila os interesses de cada um dos meninos, com a disputa pelos carros e pela condução dos turistas, porque representam imediato retorno financeiro pessoal, não de um grupo realmente organizado, que se beneficia de modo integrado e constante.

A resposta, segundo a autoridade federal, é um novo mapeamento dos envolvidos e um novo programa de capacitação, com conhecimentos gerais sobre a cidade, sobre o Parque Nacional da Tijuca e dados relevantes a respeito desse processo histórico integrado, informações sobre outros pontos turísticos dentro e fora do Parque, noções de línguas estrangeiras. O programa teria a exigência de que os atendidos estejam estudando e

¹¹ “Não dá para dizer que está ótimo do jeito que está (...). Está azeitado. Está funcionando bem. Mas tem que melhorar, e a gente têm que descobrir juntos.” Rogério Rocco

¹² Recentemente, após a eleição do Cristo como maravilha do mundo, o IBAMA recebeu críticas do estado e do município por conta da irregularidades e da falta de investimentos no Parque. O IBAMA rebateu, alegando que seriam tentativas de desestabilização da Operação Iscariotes. Segundo a União, hoje permanecem apenas, no Cosme Velho, abordagens não tanto intimidatórias, mas enganosas aos turistas, por parte de taxistas e vâns. Informando que o trem não está funcionando, ou que vai demorar horas, ou que custa “muito caro”. E que a pessoa pode fazer o transporte de táxi ou de vãn. Segundo Rocco, do IBAMA: “Temos até interesse de agir, mas não temos competência. Porque a regulação, a fiscalização, o controle das atividades turísticas de vâns é do Estado e o controle e monitoramento das atividades de táxis é do Município. Então eles é que deveriam estar atuando nessa situação.”

fornecerá uma remuneração, cesta básica e outros apoios, na área de assistência social, psicologia, e até na própria estruturação das residências para suas famílias. Turmas rotativas de vinte meninos seriam objeto deste programa, cujo desenho envolve, atualmente, o Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Assistência Social, e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA-RJ.

“A idéia é que eles sejam capacitados para a atividade e que depois de um tempo em que eles tenham passado pela capacitação, pela experiência da condução dos turistas e da atividade do turismo, eles tenham condições de serem absorvidos pela rede hoteleira, pelas agências de turismo, e por isso também a gente está procurando esse setor para que ele assuma um compromisso depois de determinado prazo absorver essa mão-de-obra. Então a idéia é capacitar, ordenar, remunerar, dar uma assistência e depois inserir no mercado de trabalho, para renovar a turma dos meninos.”

No entanto, preocupa a noção de motivo e de resultado vinculados desta boa iniciativa da União para estes meninos:

“Para que eles fiquem disponíveis, mas que não *tenham essa ânsia de disputar o turista, porque já vão ter a garantia da remuneração.*”¹³

Esta observação deriva da constatação exaustiva de que, embora haja menos dificuldade, por conta da remuneração, a impelir o público deste projeto a ações ilícitas e/ou desordenantes das regras do PNT, é claro que a facilitação não a impedirá. Ter dinheiro jamais impediu um corrupto de continuar a acumulá-lo e não ter não necessariamente leva alguém a lançar mão de qualquer expediente considerado marginal, sobretudo em atividades sazonais como o turismo. Portanto, acreditamos que, mesmo diante de toda a carência, a componente decisiva (e duradoura) das ações pró-comunidade não seja financeira, até porque as dotações são limitadas em quantia, quantidade e em prazo. Estas condições são voláteis. As componentes decisivas são de ordem ética. Têm a magnitude de princípios: são menos mutáveis porém, paradoxalmente, adaptáveis a uma série de contextos, funcionando como referenciais. Ademais, é preconceito manter nosso foco, quando o assunto é turismo, apenas no público carente que será assistido. A atividade é uma cadeia complexa de serviços, com inúmeros atores. Vejamos em Silva:

A educação ambiental é o único meio de fazer prosperar a consciência ecológica tanto no turista, no nativo, no morador ou no empresário – até porque estes papéis se modificam conforme o sujeito se desloque deste para aquele ponto, desta para aquela ocupação de seu tempo. Isto se dá pela exposição dos benefícios diretos e indiretos que tal conscientização traz, e, principalmente, da complementaridade entre os atores envolvidos num determinado processo, num dado lugar. Esse lugar pode ser um país, um bairro

¹³ Rocco

ou o mundo. Não por outra razão o lema mais conhecido da conscientização ecológica é “pensar globalmente, agir localmente”.

O Conselho e o Manejo: dobradinha de futuro

Pode-se dizer que o PNT conta com dois grandes instrumentos modernos de gestão: o Plano de Manejo e o Conselho Consultivo. Este é um instrumento de consulta mas também de controle social, de subsídio aos tomadores de decisões. Um Conselho examina e propõe idéias, discute, legitima. Permite gestão democrática, embora ainda não se tenha configurado como deliberativo. Já se criaram duas Câmaras Técnicas. A atual administração do PNT reconhece que o conselho funciona bem e tende a crescer:

O Conselho Consultivo é tanto um instrumento de amadurecer propostas, fazer o papel “*stricto sensu*” de aconselhar, mas ele é também um instrumento condutor. Um instrumento de transmissão das políticas para a comunidade. A gente tem feito não só o trabalho de fortalecimento no sentido de garantir as reuniões e que a agenda seja estratégica, importante, como também no sentido de atrair outros componentes. A gente atraiu nesse período a Mitra Arquiepiscopal, a Arquidiocese que estava fora, a Escola de Artes Visuais que estava fora, algumas associações de moradores. Alguns atores fundamentais, que têm uma presença muito grande na vida do Parque, não tinham um canal de negociação, de discussão. Então ele é fundamental (...) também para repercutir as políticas do Parque para a comunidade.

A Câmara Técnica de Sustentabilidade Econômica do Conselho Consultivo trabalha em três linhas principais de captação de financiamento para o Parque.

- a) Recursos orçamentários - aqueles trazidos pela União, especialmente por meios de contratos. Contratos de terceirizados, contratos de vigilantes, contratos de carros, de gasolina, de limpeza, que vêm crescendo. Dobrou-se o número de vigilantes, o do pessoal de limpeza também dobrará, aumentou-se em um terço o número de terceirizados, de manutenção de trilha. Em termos da sistemática de arrecadação do Parque, estão sendo concluídos os processos licitatórios do sistema de acesso rodoviário ao Corcovado e há a meta de passar a cobrar entrada de automóveis na Floresta da Tijuca. O Plano de Manejo prevê a cobrança tanto de automóvel quanto de pedestre.
- b) TACs - É o caso das antenas, da Companhia Estadual de Águas e Esgoto- CEDAE, da Light- Serviços de Eletricidade S.A., da Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel, de Furnas Centrais Elétricas S.A e outras.

Uma série de empresas que usam os recursos do Parque devem contribuir para a preservação do patrimônio ambiental.

- c) Parcerias com a iniciativa privada – Parcerias como nomes como H. Stern, Amsterdam Sauer e Fundação Roberto Marinho estão sendo renovadas, em prazo e em moldes.

A respeito de geração de recursos, uma recente discussão foi levantada com a escolha do Cristo Redentor como uma das sete maravilhas do mundo. Os organizadores da campanha do Cristo acreditam que a vitória pode injetar R\$ 89 milhões/ano na cidade. Com isso a Prefeitura e setores do Governo do Estado, iniciaram uma bateria de críticas em relação ao IBAMA, que foram repudiadas pela União como “reações para desestabilizar as mudanças promovida no Parque Nacional da Tijuca logo após a Operação Iscariotes”¹⁴. Outras parcerias consideradas pela administração e pela própria comunidade já se desenham:

A Associação de Amigos estava completamente enfraquecida por uma falta de cooperação maior entre o Parque e a Associação. E a gente acha que é o canal fundamental para captação de recurso, para captação de parceiros, uma Associação de Amigos forte. Então, nós estamos com alguns projetos nesse sentido. Primeiro, uma campanha institucional esclarecendo o que é o Parque Nacional da Tijuca, a sua importância para a cidade, o que é esse equipamento para a cidade, quais os serviços ambientais que o Parque Nacional da Tijuca presta. Mostrando um pouco da unidade dele, que as pessoas não vêem como uma coisa única. Eles conhecem o Corcovado, o Parque Lage, a Pedra da Gávea, a Floresta, a Vista Chinesa, como uma coisas isoladas. No máximo, acham que a Floresta vai até a Vista Chinesa, mais não conseguem ver isso como um equipamento urbano fundamental. Uma instituição o Parque Nacional da Tijuca que toma conta desta Floresta toda. Essa visão a gente está querendo fazer uma campanha. Estamos desenvolvendo com parceiros do IBAMA, com a Q Produções que é uma agência que faz a publicidade do IBAMA aqui no Rio de Janeiro.

O próprio Sistema de Monitoramento é parceria coma Fortnet. Segundo a atual administração do PNT, no entanto, o monitoramento é apenas uma ferramenta de segurança. Decisivo seria(m) projeto(s) que relacione(m) as pessoas que usam o Parque, ou seja, que atraia(m) os usuários e os moradores do Parque, conforme declaração de Calmon:

¹⁴ Operação IBAMA+ Polícia Federal que desbaratou a quadrilha de desvio de recursos mencionada anteriormente.

“Moradores da zona de amortecimento do entorno do Parque (devem ser atraídos) para ajudar a gente nesse monitoramento. Eu não acredito tanto na eficácia dele. Eu acho que ajuda, é importante. Mas eu acredito mais é na eficácia humana, nessa atuação.”¹⁵

Para o autor deste trabalho, a declaração acima refletiria uma noção ampliada, mais moderna e inclusiva, de segurança. Reflete o quanto o risco social gera outros riscos e implica impactos a vários prazos e dimensões (ambiental, econômica etc), estando todos estes fatores interligados - uma teorização que não é novidade, mas que, na prática, vem-se impondo como desafio ao desenho de políticas e projetos.

Uma das iniciativas atuais que corrobora para novos equacionamentos práticos dos problemas de segurança/proteção nas UCs é, no caso do PNT, o “Projeto Jequitibá”, na verdade uma rede de agentes que atuem dentro do Parque, a começar pela equipe de fiscalização e pelos dezesseis vigilantes armados. “Jequitibá” tem esta componente de monitoramento e eletrônico mas sua natureza é ambiental e seu diferencial seriam as componentes de educação, de aproximação com as comunidades, com os usuários. A equipe de fiscalização, de forma centralizada, articularia um conjunto de pessoas atuando, inclusive, como agentes voluntários.

“Agentes ambientais voluntários serão recrutados tanto em associações esportivas, como de asa delta, de vôo livre, de montanhismo, de bicicleta, o pessoal que usa o Parque, quanto nas associações de moradores. (...) Já tem interesse da Associação de Moradores de São Conrado, de Santa Teresa, que nos encaminhem voluntários para passarem por um treinamento no Parque Nacional da Tijuca, sobre legislação ambiental, como é que se lavra um auto de constatação. Essas pessoas vão ser treinadas e credenciadas pelo Parque para atuarem como braços voluntários no sentido de fazer a fiscalização do Parque. Ele não tem poder de polícia, mas tem poder de lavrar um auto de constatação que pode vir a se transformar num auto de infração. Então o Projeto Jequitibá é uma rede de pessoas e instrumentos de educação, de integração com a comunidade.”¹⁶

No entanto, há complicadores naturais neste processo:

Nesse Projeto Jequitibá em que eu estava falando, se inclui treinamento. Quando a gente fez o contrato de vigilantes, nós fizemos um treinamento específico sobre o Parque para esses vigilantes que chegaram. E fizemos também para a Guarda Municipal. E agora vamos fazer com o Batalhão de Turismo. O Batalhão de Turismo está bastante presente no Parque, na Vista Chinesa, na Mesa do Imperador, no Corcovado. E eles trabalham a questão da segurança do turista, não trabalham a questão ambiental. É importante que eles tenham conhecimento de Lei de Crimes Ambientais e possam nos ajudar nesse sentido.

¹⁵ Calmon, entrevista

¹⁶ Calmon

Discutimos anteriormente, de modo indireto, as inter-relações entre proteção e segurança. Também afirmamos que há comunidades e comunidades, e que são diferentes as interfaces do PNT conforme a interlocução. A integração com o PNT se dá, nas comunidades carentes lindeiras, na zona de amortecimento, através da educação e da geração de emprego e renda. As comunidades mais formais, de asfalto, não têm a preocupação de subsistência dia a dia; sua maior preocupação é pela não favelização, é com a sua segurança imediata, física e patrimonial, pela não desvalorização dos seus imóveis. Num horizonte maior, a preservação da mata representa manutenção da qualidade do ambiente em que eles moram. A atual administração do PNT tem privilegiado as primeiras:

São as comunidades mais carentes que potencialmente sua expansão iria desmatar aquela mata. Então é nessas que a gente tem que buscar uma aproximação grande, buscar alternativas de integração, de uso sustentável por elas por elas não estão na área do Parque. Elas estão na zona de amortecimento. Então é possível fazer uso sustentável do recurso natural, desde que não afete a biota e alternativas de renda que estejam associados à conscientização sobre a questão ambiental. A educação ambiental é vocação e necessidade do Parque, para que ele possa permanecer cumprindo a sua missão, que é proteger a Floresta. Ele tem que trabalhar a questão da educação por uma questão de sobrevivência e por questão de missão.

O PNT tem no Parque Lage uma nova possibilidade, um horizonte ampliado para a educação ambiental. Além de ser um patrimônio cultural de peso, abre espaço, pelo nível de visitação que ele tem, para desenvolver um trabalho de entendimento do que é o Parque Nacional da Tijuca. Segundo Calmon:

O Parque Nacional da Tijuca é um parque ímpar, na medida em que, talvez seja o que mais permita no Brasil o desenvolvimento de um trabalho efetivo de Educação Ambiental. E o Parque Lage é um desses portais privilegiados neste sentido. A gente tem feito toda uma política de aproximação com a Escola de Artes Visuais que tem dado certo. Inclusive eles estão participando agora do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca. Hoje, eu estou vindo de lá, estava em reunião. Vamos fazer um mutirão, nessa semana, de limpeza daqueles lagos, e começar uma campanha de retirada dos gatos que estão lá, por meio de doação. Estamos fazendo uma série de podas ali. (...) Agora a gente já tem monitores, já tem três vigilantes trabalhando durante o dia. Estamos fazendo um trabalho de recuperação de recuperação da trilha que vai para o Corcovado. E queremos reabrir uma outra, em direção ao Vale do Caveira, nosso projeto mais estratégico para lá. (...) E depois o nosso projeto mais estratégico é fazer na cavalaria, um centro de visitação, um centro de união, de integração de cultura e meio ambiente, que vai ser um centro compartilhado entre a Escola de Artes Visuais e o IBAMA e a Administração do Parque Nacional da Tijuca. No sentido de ter ali as exposições permanentes e temporárias sobre o meio ambiente e

sobre arte. Então, com isso a gente pretende dar este conteúdo ambiental a visitação que hoje   feita ao Parque Lage.¹⁷

Ser uma usina de educa o ambiental   não apenas um papel a desejar para o PNT, como para muitas outras Ucs, mas uma voca o verdadeira dele, uma condi o privilegiada, de difícil recria o em outras circunstâncias e épocas. Um parque urbano em uma das mais belas grandes cidades do mundo, que funciona como o principal equipamento de preserva o da qualidade de vida da cidade, há mais de um século, tem que outros equivalentes?

¹⁷ Entrevista especial para este trabalho.

5– Conclusões e Propostas

Observamos a evolução da gestão na área conhecida como Floresta da Tijuca, que posteriormente se amplia, em conceito e em área, e se transforma em Parque Nacional da Tijuca, seguindo diferentes lógicas ao longo da história. Analisamos a implantação do café no Brasil, já na segunda metade do século XVIII, inicialmente no Rio de Janeiro, dentro de uma lógica de colônia, ou seja, o Brasil como colônia portuguesa tem seu papel muito bem fundamentado no pacto colonial. A empresa cafeeira era alicerçada na monocultura, no latifúndio e na mão de obra escrava. Durante este período, o café afirma-se como motor econômico nacional e internacional. E nada foi feito durante o apogeu do café na cidade do Rio de Janeiro, para que fossem preservadas as matas do maciço da Tijuca de onde vinham boa parte dos mananciais hídricos que abasteciam o Rio de Janeiro.

A lógica de colônia fez parte de uma gestão empresarial equivocada. Os recursos hídricos mantinham a lavoura do café, que tinha como finalidade o mercado externo. Mas devido à exploração desmedida, obviamente os recursos naturais rapidamente foram exauridos. A crise de abastecimento hídrico da capital do Brasil, o Rio de Janeiro, ocasionada pela devastação das matas do maciço da Tijuca entremeada a graves secas, durante as décadas de 1830 e 1840, mais o caso de epidemias freqüentes, como durante a década de 1850, fez com que o governo imperial revisse seu modelo de gestão. À medida que os mananciais hídricos do Rio de Janeiro iam se esgotando e cada vez mais eram utilizados outros novos, grandes fazendeiros, círculos intelectuais e governo imperial concluíam que algo deveria ser feito. Era necessário admitir a necessidade de implantação de um novo projeto para a Floresta da Tijuca, e uma nova forma de gerência com este patrimônio natural que abastecia a cidade do Rio de Janeiro com seus recursos hídricos.

O reflorestamento da Floresta da Tijuca tornou-se necessário. Seria preciso algo pioneiro até então. A recuperação da Floresta da Tijuca estaria totalmente ligada à recuperação emergencial da qualidade da água para o abastecimento e saúde da população. E para que uma obra de gestão de tal significância pudesse ser feita, isto representaria uma nova lógica de pensamento. De acordo com os preceitos da engenharia florestal alemã, que começava a despertar estudiosos - entre eles, o major Archer responsável pela obra de gestão ambiental que tinha como finalidade recuperar a Floresta da Tijuca. Esta nova lógica seria uma lógica de campanha, quase militar, devido ao número elevado de mudas plantas que seriam plantadas na área da floresta original. Só desta forma poderíamos obter tão bons resultados, num prazo de poucas décadas posteriores.

Por fim, temos uma terceira lógica, que podemos observá-la surgir de forma lenta e transitória, já na década de 1870. Durante a gestão de Escragnolle à frente da Floresta da

Tijuca, ele começa a introduzir embelezamentos na floresta, que passará também, a ter uma função como parque urbano. A questão da fruição da paisagem torna-se fundamental. E posteriormente, valores sobre a qualidade do ar, da água e a biodiversidade estarão ligados à Floresta da Tijuca.

A forma peculiar da Floresta da Tijuca, não só por sua rica e bela história, que transforma-se em Parque Nacional da Tijuca, que está encravado no meio de uma das maiores megalópoles do mundo, demonstra-nos o quanto é importante a participação cidadã para sua preservação. As taxas de retração da floresta do maciço da Tijuca, a partir de 1984, diminuem a área do maciço em 11,7 mil metros quadrados num período de doze anos. Essa retração da floresta é causada por pressões urbanas, ocupações desordenadas, formais ou informais e a ocorrência de incêndios.

O processo de criação do conselho consultivo do PNT representa um desafio sem precedentes. O conselho deve criar câmaras técnicas ou grupos de trabalhos permanentes e temporários, indicando responsabilidades e prazos delimitados. O conselho deve criar canais de comunicação permanente com as comunidades locais, divulgando-lhes o trabalho realizado e envolvendo-as no processo.

Entre as propostas, destacamos estreitar as relações entre o PNT com o Programa MAB/UNESCO (*Man and Biosphere*, o Homem e a Biosfera), visando sua transformação em posto avançado do RBMA (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica). Inicialmente é preciso que os responsáveis pelo programa MAB no Estado do Rio de Janeiro expliquem o que é o Programa para o conselho e equipe técnica do PNT, verificando se de fato é mesmo de interesse para o parque e, posteriormente, encaminhar propostas aos fóruns responsáveis.

A Lei Nacional de Recursos Hídricos não possibilita caracterizar o conjunto hídrico do PNT, como uma área de bacia compatível com um comitê, mas sim como um subcomitê. Portanto, propomos que o conselho consultivo do PNT atue como subcomitê do Comitê de Bacia da Baía de Guanabara. Propomos a criação de uma Câmara Técnica de Educação Ambiental para buscarmos a integração da UC com as demais unidades e espaços territoriais protegidos e com o seu entorno, de forma participativa, sobre ações de preservação dos recursos hídricos do PNT. A criação de um "Grupo Gestor dos Recursos Hídricos do PNT" vem como uma espécie de nova geração da razão ecológica primeira de existir do Parque. Sua missão é contribuir para regularizar/regulamentar o uso geral dos mananciais hídricos do parque, de modo que se estabeleçam tanto a troca de serviços compensatórios entre os referidos órgãos públicos, quanto ações de fiscalização sobre as águas do parque.

A questão da água é de fundamental importância para o PNT, não só por sua singularidade histórica, mas por poder propiciar a consolidação de seu conselho consultivo

dentro dos parâmetros da gestão participativa. No caso do PNT, a água é um elemento central, e com isso torna-se imprescindível um processo de gestão democrática e participativa do parque, por intermédio de articulação entre o IBAMA e o conselho consultivo.

Nossa principal proposta vai na direção da criação de políticas públicas urbanas de inserção e luta contra a pobreza. O empobrecimento crescente de parte da população do Rio de Janeiro, levou-a a viver em favelas, cuja expansão se transforma numa ameaça à preservação do PNT. Na gestão do PNT, é fundamental que haja uma permanente relação de diálogo, principalmente com os grupos que se encontram em situação de pobreza, vulnerabilidade e discriminação. Devemos nos preocupar também com problemas relacionados à desigualdade social, o feminismo, o racismo e o ambientalismo.

Sabemos, no entanto, que a maneira mais eficaz e permanente de inserção, para além de subsidiar a subsistência/sobrevivência, subsidia a consciência. Criar um site, e outros veículos de divulgação, para divulgar a atuação do conselho a sua missão, utilizar rádios comunitárias para fornecer informações relevantes sobre a floresta e o PNT são ações, dentre outras, que contribuem para fomentar e sedimentar espaços de discussão e manifestação de opinião.

Acreditamos que o conselho consultivo do PNT pode se utilizar do termo "transversalidade" como uma forma de se conhecer, interpretar e buscar soluções para questionamentos socioambientais complexos. Para atingirmos estas metas é preciso a ação conjunta entre instituições governamentais e não-governamentais. Essas ações além de se preocuparem, com a manutenção da floresta e sua recomposição em áreas devastadas, devem visar a inclusão social. Mecanismos efetivos de participação nos processos decisórios, acesso à informação, geração de emprego e renda são alguns exemplos de inclusão social que deveremos perseguir.

A Unidade de Conservação mais visitada do Brasil é diferente de um parque de difícil acesso na Amazônia. A missão é preservar, mas as condições de um Parque pequeno (em termos de área), mas estrategicamente situado no coração do Rio de Janeiro, e que contém tantas de nossas marcas registradas, o perfil mesmo da cidade - Corcovado, o Cristo, a Pedra da Gávea, a Vista Chinesa, a Cascatinha, a Floresta, o Pico da Tijuca – aliam sua grande visitação à proximidade com a identidade com a população. Ele existe tanto para o visitante quanto para o morador. Daí uma conclusão importante para este capítulo:

Não se faz proteção de um Parque com essa natureza, com essa característica de Parque urbano que sofre grande pressão urbana sem uma integração com a comunidade.¹⁸

¹⁸ Calmon

6 – Bibliografia

- ABREU, Maurício de Almeida. *A cidade, a montanha, a floresta*. Em: Maurício de Almeida (org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Biblioteca Carioca, vol. 2 - Rio de Janeiro, 1992.
- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP. 4ª Edição. Rio de Janeiro, 2006.
- ALMEIDA, M. C.; PEIXOTO, S. L. Valoração da taxa de ocupação - um novo desafio para o Parque Nacional da Tijuca. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. *Anais...*, V. 2. Curitiba: Unilivre, 1997.
- BANDEIRA, Julio; XEXÉO, Pedro Martins Caldas e CONDURU, Roberto. *A Missão Francesa*. Ed. Sextante Artes. Rio de Janeiro, 2003.
- BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Secretaria Municipal de Cultura. Rio de Janeiro, 1990.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Lei Federal nº 9.985/2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília, 2000.
- CALMON, Ricardo. Entrevista dada ao autor em 13 de agosto de 2007. Inédita.
- CAMPOS, Andreilino. *Do Quilombo à Favela - A Produção do "Espaço Criminalizado" no Rio de Janeiro*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2005.
- CESAR, Paulo Bastos. *A Floresta da Tijuca e a cidade do Rio de Janeiro*. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1992.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril - Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1996.
- COSTA, Patrícia Côrtes. *Unidades de Conservação - Matéria-prima do ecoturismo*. Editora Aleph. São Paulo, 2002.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo - A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Ed. Companhia das Letras. 2ª Edição. São Paulo, 1998.
- DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. EDUFF. Niterói, 1997.
- FERRÃO, Cristina e SOARES, José Paulo Montiero (org.). *Floresta da Tijuca*. Editora Index. Rio de Janeiro, 1991.
- GOMES, Flávio dos Santos. *História dos Quilombolas - Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Ed. rev. e ampl. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. Editora Contexto. 8ª Edição. São Paulo, 2001.
- GUIMARÃES, Gilberto. *Castro Alves nas ruas do Rio*. Editora CBAG. Rio de Janeiro, 1979.
- HEYNEMANN, Cláudia. *Floresta da Tijuca - Natureza e Civilização*. Secretaria Municipal de Cultura. Rio de Janeiro, 1995.
- IRVING, Marta de Azevedo (org.). *Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo novos significados*. Aquarius. Rio de Janeiro, 2006.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. O Parque Nacional da Tijuca – Contribuição para a Gestão Compartilhada de uma Unidade de Conservação Urbana. Comunicação do ISER, Rio de Janeiro, 54, ano 19, 2000.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro - 1808 - 1850*. Companhia das Letras. São Paulo, 2000.

- LOUREIRO, Carlos Frederico B. - *O movimento ambientalista e o pensamento crítico - uma abordagem política*. Quartet. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 2006.
- MACHADO, José de Paula. *Parque Nacional Tijuca*. Ed. First. Rio de Janeiro, 1992.
- MAYA, Raymundo Ottoni de Castro. *A Floresta da Tijuca*. Ed. Bloch. Rio de Janeiro, 1967.
- MOTA, Maria Sarita e WEYRAUCH. Cléia Schiavo. *Tijuca - memória, história e cultura*. UERJ. Rio de Janeiro, 1999.
- PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e Política no Brasil*. IUPERJ. Rio de Janeiro, 1987.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição - Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Jorge Zahar Editor. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 2004.
- RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. Editora Contexto. São Paulo, 2001.
- ROCCO, Rogério Geraldo. Entrevista dada ao autor em 15 de agosto de 2007. Inédita.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *José de Alencar - O poeta armado do século XIX*. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2001.
- SILVA, Luiza Rosângela da. *Turismo inclusivo: um conceito a ser aplicado à Ilha Grande*. [Rio de Janeiro], 2004. VII, 1`49 p. Coppe/UFRJ, MSc, Engenharia de Produção, 2004. Tese Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coppe.

Sites da internet

www.ibase.org.br - Gestão Participativa em unidades de conservação- Diagnóstico socioambiental do Parque Nacional da Tijuca e áreas de entorno. Linha de Ação: 4.2 – Educação Ambiental na Gestão Participativa: fortalecimento do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca – Projeto Água em Unidade de Conservação, projeto-piloto para a Mata Atlântica: Parque Nacional da Tijuca

www.ibase.org.br - Parque Nacional da Tijuca – Integrando proteção ambiental e participação social em áreas urbanas. Diagnóstico socioambiental do Parque Nacional da Tijuca e áreas de entorno. Linha de Ação: 4.2 – Educação Ambiental na Gestão Participativa: fortalecimento do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca – Projeto Água em Unidade de Conservação, projeto-piloto para a Mata Atlântica: Parque Nacional da Tijuca

www.ibase.org.br - Água – Bem público em unidades de conservação. Diagnóstico socioambiental do Parque Nacional da Tijuca e áreas de entorno. Linha de Ação: 4.2 – Educação Ambiental na Gestão Participativa: fortalecimento do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca – Projeto Água em Unidade de Conservação, projeto-piloto para a Mata Atlântica: Parque Nacional da Tijuca